



# **O RELATO DA SUSTENTABILIDADE NO SECTOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL: um estudo comparativo entre Brasil, EUA e Portugal**

Por

**Adriana Rodrigues Silva**

Dissertação de Mestrado em Contabilidade

Orientada por:  
Doutor Manuel Emílio Castelo Branco

**2010**

## ***Nota Biográfica do Autor***

Adriana Rodrigues Silva nasceu a 14 de Abril de 1980, no Estado de Pernambuco, cidade do Recife, Brasil.

Possui bacharelato em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e é especialista em Finanças com ênfase em controladoria pela Faculdade Natalense para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte – FARN.

No ano de 2002, ainda no bacharelato, realizou um estágio profissional na Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – CREDSUPER, onde prosseguiu carreira na área contabilística até o ano de 2008.

No ano de 2007 iniciou funções na Faculdade de Ciências Empresariais de Natal como docente das unidades curriculares de Análise de Balanço, Contabilidade de Custos e Contabilidade Geral até o ano de 2008, ano este, onde obteve aprovação no Mestrado em Contabilidade da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Nos anos lectivos 2008/2009 frequentou a parte curricular do Mestrado em Contabilidade da Faculdade de Economia do Porto, tendo obtido uma média final de 14 valores.

No ano de 2009 ingressou como bolseira de gestão para a ciência e tecnologia no Núcleo de Investigação em Políticas Económicas – NIPE, na Universidade do Minho, Braga/Portugal, onde desempenha funções até hoje.

## ***Agradecimentos***

A DEUS, meu Criador e Senhor, que me concedeu capacidade física e intelectual para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Manuel Emílio Castelo Branco, pela confiança que depositou no meu trabalho e pela conduta íntegra por ocasião da orientação desta dissertação de mestrado.

A Faculdade de Economia da Universidade do Porto, na figura dos coordenadores, do(a)s secretário(a)s e dos professores.

Aos meus amados pais, Aguiar e Antonio Vital (in memoriam) que sempre me incentivaram e deram apoio a todos os meus projectos de vida, sem questionamentos ou restrições. Um agradecimento muito, mas muito especial e saudoso ao meu Pai, que perdi no decorrer dessa caminhada, mas tenho a certeza que esteve sempre ao meu lado, dando forças, para que a sua ausência não fosse um motivo de desânimo para o término dessa dissertação. Te amo muito meu Pai!

Ao meu amado filho, Carlos Eduardo, que me dá motivos para sempre estar me aperfeiçoando e dar-lhe bons exemplos.

Ao meu namorado Joaquim, que foi a pessoa mais importante como fonte de incentivo para minha decisão de vir à Portugal e dar início ao mestrado. Foi meu apoio nos momentos mais difíceis e saudosos, sempre com palavras certas e em momentos certos.

Aos amigos de curso, principalmente por me terem feito sentir bem integrada, pois não é fácil uma adaptação a uma nova cultura. Tenho um agradecimento especial a Stephanie, Dina Maria, Nalinda e Leandro, pois sempre estiveram presentes tanto em sala de aula como no momento de elaboração dessa dissertação.

Ao grupo Soares da Costa que me proporcionou a ideia para elaboração desta dissertação, em especial a pessoa da Eloísa Cepinha, que sempre se mostrou atenciosa e a disposição para qualquer questionamento.

Ao Núcleo de Investigação em Políticas Económicas – NIPE, pela oportunidade dada como bolseira em gestão para a ciência e tecnologia. Um agradecimento especial ao Prof. Dr. Francisco Veiga, que me motiva como profissional. A minha grande e querida amiga Dina Guimarães, minha companheira no NIPE e a qual cativei muita estima. Seu

apoio e interesse pelas minhas conquistas, sua presença em momentos de alegrias e tristezas, demonstraram o quanto é especial e merecedora de minha amizade.

E a todos aqueles que, de maneira directa ou indirecta, contribuíram para a realização deste trabalho.

**A todos o meu Muito Obrigado!**

## **Resumo**

Esta pesquisa objectiva investigar, com base nas práticas correntes de relatórios de sustentabilidade, como está o nível de divulgação dos indicadores de desempenho económico, social e ambiental, apresentados pelas empresas do sector da construção civil. Apresentam-se na revisão da literatura os principais aspectos relacionados ao relato da sustentabilidade, as regulamentações e directrizes sobre relatórios de sustentabilidade. São realizadas análises do conteúdo dos relatórios de sustentabilidade, relatórios de contas e websites de 24 das 30 maiores empresas, do sector da construção civil de Portugal, Brasil e EUA. Os achados sustentam a tese de que a divulgação de informações sustentáveis apresentadas pelas empresas do sector da construção civil diverge entre as companhias com relação, ao país de localização, mostrando-se ainda incipiente e frágil em relação ao nível de fiabilidade e comparabilidade das informações. Conclui-se também que: a) o país de localização da empresa influencia o nível de divulgação das companhias do sector da construção civil; e b) o nível de divulgação dos indicadores económicos, sociais e ambientais das empresas portuguesas de construção civil é mais detalhado que a média do nível da divulgação de informações a nível económico, social e ambiental de empresas do Brasil e EUA nesse mesmo sector. São sugeridas novas questões para estudos e mais investimentos para o fomento de pesquisas empíricas na área de contabilidade e do relato da sustentabilidade. O resultado deste estudo é restrito à amostra analisada.

**Palavras – Chaves:** Sustentabilidade, Divulgação, Construção Civil

## **Abstract**

This Project seeks to research, bearing in mind current practices of sustainability reports, the level of disclosure of economic, social and environmental indicators, presented by companies in the construction sector. In the literature review, the main aspects related to sustainability reporting, the regulations and guidelines of sustainability reports are presented. Content analysis of sustainability reports, financial reports and websites of 24 of the 30 biggest construction companies in Portugal, Brazil and USA are made. The findings support the premise that the disclosure of sustainability information presented by the companies of the construction sector varies between companies according to the country in which they are located in, showing that it is still incipient and fragile in relation to the level of reliability and comparability of information. It has also been concluded that: a) the country in which the company is located in influences the level of disclosure of the companies in the construction sector; and b) the level of disclosure of economic, social and environmental indicators of Portuguese construction companies is more detailed than the average level of disclosure of economic, social and environmental information by Brazilian and US construction companies. New questions for further studies and investments are suggested for the increase in empirical research in accounting and sustainability reporting. The results of this study are restricted to the sample analyzed.

**Key Words:** Sustainability, Disclosure, Construction

## SUMÁRIO

|                                                                                           |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO .....</b>                                                                | <b>1</b>  |
| <b>1.1 TEMA E JUSTIFICATIVA DO TRABALHO .....</b>                                         | <b>1</b>  |
| <b>1.2 PROBLEMA DE PESQUISA .....</b>                                                     | <b>2</b>  |
| <b>1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA .....</b>                                                    | <b>4</b>  |
| <b>1.3.1 Objectivo Geral.....</b>                                                         | <b>4</b>  |
| <b>1.3.2 Objectivos específicos.....</b>                                                  | <b>4</b>  |
| <b>1.4 HIPÓTESES DO TRABALHO.....</b>                                                     | <b>4</b>  |
| <b>1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO.....</b>                                                     | <b>6</b>  |
| <b>2. REVISÃO DA LITERATURA .....</b>                                                     | <b>7</b>  |
| <b>2.1 A SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL.....</b>                                            | <b>7</b>  |
| <b>2.1.1 O Relato da sustentabilidade em Portugal .....</b>                               | <b>10</b> |
| <b>2.1.2 O Relato da sustentabilidade no Brasil.....</b>                                  | <b>11</b> |
| <b>2.1.3 O Relato da sustentabilidade nos EUA .....</b>                                   | <b>12</b> |
| <b>2.2 DIRECTRIZES PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS DE<br/>SUSTENTABILIDADE DO GRI .....</b> | <b>13</b> |
| <b>2.2.1 Global Reporting Initiative .....</b>                                            | <b>13</b> |
| <b>2.2.2 Directrizes para elaboração do Relatório de Sustentabilidade .....</b>           | <b>15</b> |
| <b>2.2.2.1 Relatório de Sustentabilidade .....</b>                                        | <b>15</b> |
| <b>2.2.2.2 Conteúdo do Relatório de Sustentabilidade .....</b>                            | <b>16</b> |
| <b>2.2.2.3 Directrizes do GRI para o sector da construção civil .....</b>                 | <b>17</b> |
| <b>2.2.2.4 Indicadores de Desempenho.....</b>                                             | <b>17</b> |
| <b>2.2.2.4.1 Indicadores Económicos.....</b>                                              | <b>19</b> |
| <b>2.2.2.4.2 Indicadores Sociais .....</b>                                                | <b>21</b> |

|                                                                                           |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 2.2.2.4.3 Indicadores Ambientais .....                                                    | 22 |
| 2.3 BENCHMARKING.....                                                                     | 23 |
| 3. A INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL.....                                                   | 26 |
| 3.1 A indústria da construção civil em Portugal .....                                     | 27 |
| 3.2 A indústria da construção civil no Brasil.....                                        | 29 |
| 3.3 A indústria da construção civil nos EUA.....                                          | 30 |
| 4. MÉTODO DE PESQUISA .....                                                               | 33 |
| 4.1 UNIVERSO E AMOSTRA .....                                                              | 33 |
| 4.1.1 Universo da Pesquisa.....                                                           | 33 |
| 4.1.2 Definição da Amostra .....                                                          | 34 |
| 4.1.3 Determinação do tamanho da amostra .....                                            | 34 |
| 4.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....                                                 | 35 |
| 4.3 MÉTODO DE ANÁLISE .....                                                               | 35 |
| 4.3.1 Análise de Conteúdo .....                                                           | 35 |
| 4.3.2 Unidades de análise.....                                                            | 36 |
| 4.3.3 Categorias e Subcategorias.....                                                     | 37 |
| 5. ANÁLISE DOS DADOS: RESULTADOS E CONCLUSÕES .....                                       | 43 |
| 5.1 CATEGORIAS ANALISADAS .....                                                           | 44 |
| 5.1.1 Indicadores Económicos.....                                                         | 44 |
| 5.1.2 Indicadores Sociais.....                                                            | 46 |
| 5.1.3 Indicadores Ambientais .....                                                        | 52 |
| 5.2 DIFERENÇAS NA DIVULGAÇÃO DOS INDICADORES DE<br>SUSTENTABILIDADE ENTRE OS PAÍSES ..... | 57 |

|                                                                |           |
|----------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>5.3 A DIVULGAÇÃO DOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE EM</b> |           |
| <b>PORTUGAL VERSUS OUTROS PAÍSES.....</b>                      | <b>62</b> |
| <b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                           | <b>64</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>                         | <b>67</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>                                            | <b>73</b> |

## ***LISTA DE ILUSTRAÇÕES***

|                                                                                                   |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1: Visão Tripla: a impressão de um artista sobre a perspectiva do Triple Bottom Line ..... | 8  |
| Figura 2: Publicação Global de Relatórios .....                                                   | 21 |
| Figura 3: Publicação de Relatórios no Brasil.....                                                 | 21 |
| Figura 4: História do GRI .....                                                                   | 23 |
| Figura 5: Visão Geral do Conteúdo do Relatório do GRI .....                                       | 25 |

## ***LISTA DE TABELAS***

|                                                                                                        |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1: Categorias e subcategorias a nível económico .....                                           | 38 |
| Tabela 2: Categorias e subcategorias a nível social.....                                               | 38 |
| Tabela 3: Categorias e subcategorias a nível ambiental .....                                           | 41 |
| Tabela 4: Quantidade de empresas da amostra por país .....                                             | 43 |
| Tabela 5: Indicadores Económicos .....                                                                 | 45 |
| Tabela 6: Indicadores sociais .....                                                                    | 47 |
| Tabela 7: Indicadores Ambientais .....                                                                 | 53 |
| Tabela 8: Número médio de sentenças evidenciadas nos relatórios de sustentabilidade –<br>por país..... | 58 |
| Tabela 9: Número médio de sentenças evidenciadas nos relatórios e contas – por país                    | 59 |
| Tabela 10: Número médio de sentenças evidenciadas nos websites das empresas – por<br>país .....        | 60 |
| Tabela 11: Nº médio de sentenças evidenciadas em todas as fontes de análise por país                   | 62 |

## **1. INTRODUÇÃO**

### **1.1 TEMA E JUSTIFICATIVA DO TRABALHO**

Desde há algum tempo, a responsabilidade social das empresas tornou-se uma necessidade. As instituições públicas (União Europeia, Nações Unidas, inclusive a OIT), o mundo empresarial, os empregadores, a sociedade civil, etc., parecem ter a convicção de que a responsabilidade social corporativa é um elemento essencial do presente e do futuro das políticas sociais, em todos os continentes e em todos os sectores.

Com o intuito de satisfazer as necessidades do presente sem prejudicar a capacidade de produção das gerações futuras, nasce a preocupação de desenvolvimento de forma sustentável. Como forças fundamentais na sociedade, as organizações de todos os tipos têm um papel importante a desempenhar para seu alcance.

Apesar de tal objectivo parecer mais um sonho do que uma realidade as entidades vêm buscando respostas de forma a tentar se alinhar conforme as preocupações da sociedade, que exige das empresas atitudes mais responsáveis a nível económico, social e ambiental.

A indústria da construção civil é uma das muitas que adoptam práticas de responsabilidade social, e hoje é reconhecida como um dos principais e mais importantes sectores industriais do mundo, representando dentre cinco e sete por cento do produto interno bruto na maioria dos países (Kenny, 2007). Portanto a preocupação com a sustentabilidade tende a ocupar um lugar de destaque nas operações de tais empresas. Apesar dessa evidência, o sector da construção vem recebendo pouca atenção dos pesquisadores em sustentabilidade, cujo foco de trabalho está voltado geralmente para sectores reconhecidos como problemáticos em questões sustentáveis.

Já que a indústria de construção civil sente o forte impacto tanto de questões sociais como ambientais em seus processos, as empresas da indústria geralmente adoptam diversas práticas com a finalidade de se tornarem mais responsáveis socialmente (CIOB, 2008).

Kaplan e Norton (1997) enfatizam que é necessária a incorporação do modelo dos indicadores financeiros tradicionais e de outros indicadores não-financeiros capazes de mensurar, por exemplo, a satisfação dos clientes, o nível de retenção de clientes, a motivação dos funcionários, itens estes, que se constituem em activos intangíveis da empresa, pois na era da informação, ter capital intelectual, clientes fiéis, produtos de alta qualidade, funcionários satisfeitos, fornecedores de qualidade tende a valer muito mais do que qualquer activo tangível.

O interesse pela implementação dos indicadores de desempenho na indústria da construção foi identificado inicialmente com os programas de qualidade baseados nas exigências das normas da série ISO 9000 (International Organization for Standardization), cujo objectivo é obter essa certificação. A busca pela transparência em relação a sustentabilidade das actividades das empresas é do interesse de diferentes públicos, incluindo o mercado, trabalhadores, organizações não-governamentais, investidores, etc. Por este motivo, a busca por indicadores de desempenho que melhor demonstre a preocupação pela sustentabilidade e que permitam as empresas a obterem a certificação acima mencionada, se torna incessante por parte das empresas, levando em consideração, inclusive, que tais indicadores reportem a sistemas métricos como por exemplo o Global Reporting Initiative (GRI).

## **1.2 PROBLEMA DE PESQUISA**

Muitas empresas publicam anualmente o seu relatório de sustentabilidade, seguindo as directrizes da GRI.

Os indicadores de desempenho tradicionalmente reportados são aplicáveis a todas as empresas independentemente do sector em que actuam.

Muitos estudos preocupados com a questão da melhoria de desempenho enfatizam a importância de uma abordagem sistémica para avaliação de desempenho. Diversos autores, entre eles, Kaplan e Norton (1992), Neely *et al.* (1996) e Sink e Tuttle (1993), enfatizam a medição como parte integrante do sistema de gestão da empresa, constituindo um sistema de apoio para planeamento, solução de problemas, controle, desenvolvimento de melhorias e motivação dos recursos humanos.

A maior parte das indústrias são dinâmicas por natureza e na indústria da construção civil não é diferente. O sector da construção civil vem se tornando cada vez mais dinâmico, em decorrência das crescentes incertezas tecnológicas, dos orçamentos e de seus processos de desenvolvimento. O projecto de construção é concluído, através de uma combinação de resultados e de muitos eventos e interacções, planejadas ou não, sempre levando em conta todo o processo de execução da obra, desde os participantes nos processos, assim como toda mudança causada no meio ambiente (Sanvido *et al.*, 1992).

A construção civil é uma actividade industrial de transformação caracterizada por seu produto final ser de posição fixa, geralmente único, com um ciclo de vida longo e inconstância de utilização de recursos em habilidades e quantidades (Casarotto, 1995).

Não pode ser aceitável que as empresas que actuam no ramo da construção civil sejam administradas da mesma maneira de anos passados. A globalização vem exigindo das empresas uma maior preocupação perante os problemas sociais e ambientais, fazendo com que grande parte delas se preocupem com o desenvolvimento e inserção de medidas de desempenho, a fim de conseguir o equilíbrio e controlo entre o lado económico, social e ambiental.

O conceito de sucesso de um projecto é desenvolvido para estabelecer critérios e normas pelas quais os gestores do projecto possam completa-los de forma a obter resultados mais favoráveis. No entanto, este conceito tem-se mantido ambigualmente definido entre os profissionais da construção. Muitos gestores de projectos ainda observam esse tema de forma intuitiva e por conta própria tentam controlar e alocar recursos entre várias áreas de projecto (Freeman e Beale, 1992).

Apesar do número de investigadores que tentaram definir este conceito, no geral nenhum acordo foi alcançado. O conceito de um projecto de sucesso pode ter significados diferentes para pessoas diferentes. Enquanto alguns escritores consideram o tempo, custo e qualidade como critérios predominantes, outros acreditam que o sucesso é algo mais complexo. Os critérios de sucesso do projecto são constantemente enriquecidos. Portanto, uma crítica sistemática da literatura existente é necessária para desenvolver uma estrutura para a medição do sucesso de uma construção a nível quantitativo e qualitativo. Este trabalho é baseado em pesquisas anteriores como a de Chan (1996, 1997) e Chan *et al.* (2002), e é destinada a analisar um conjunto de

indicadores de desempenho sustentável utilizados pelas empresas de construção civil. Com base na análise de conteúdos, um conjunto de indicadores serão identificados e analisados comparativamente com empresas de países como Brasil e EUA, a fim de responder a seguinte problemática: **Quais são e como são divulgados os indicadores de desempenho (económicos, sociais e ambientais) em termos de sustentabilidade empresarial no sector da construção civil?**

### **1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA**

#### **1.3.1 Objectivo Geral**

Investigar, com base nas directrizes do Global Reporting Initiative – GRI, como está o nível de divulgação de informações económicas, sociais e ambientais apresentados pelas empresas do sector da construção civil em seus relatórios de sustentabilidade.

#### **1.3.2 Objectivos específicos**

- (a) Identificar e analisar as diferenças na divulgação de informações económicas, sociais e ambientais das empresas do sector da construção civil apresentadas em seu relato de sustentabilidade;
- (b) Verificar se as empresas do sector da construção civil localizadas em diferentes países apresentam divergências no nível de divulgação de informações sobre seus indicadores de sustentabilidade.

### **1.4 HIPÓTESES DO TRABALHO**

Em função da questão geral de pesquisa é proposta a seguinte hipótese geral:

**HG** – A divulgação de informações económicas, sociais e ambientais apresentadas pelas empresas do sector da construção civil, diverge entre companhias com relação ao

tamanho da empresa, ao país de localização, mostrando-se ainda incipiente e frágil em relação ao nível de fiabilidade e de comparabilidade das informações.

Para a verificação das questões específicas da pesquisa, serão testadas as seguintes hipóteses secundárias:

**HS1** - As empresas do sector da construção civil localizadas nos Estados Unidos, estão mais desenvolvidas na elaboração de seus relatórios de sustentabilidade em conformidade com o GRI do que as empresas localizadas em Portugal e no Brasil.

**HS2** – Quanto maior o tamanho das empresas do sector da construção civil mais detalhada é a apresentação de informações económicas, sociais e ambientais.

## **1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO**

Incluindo a INTRODUÇÃO (a), esta dissertação está estruturada em cinco capítulos:

b) REVISÃO DA LITERATURA: neste capítulo, será tratado da evolução, características, objectivos e barreiras referentes à medição de desempenho nas empresas de construção civil, GRI, os modelos de medição de desempenho; indicadores e sua classificação;

c) METODOLOGIA: com base na revisão bibliográfica, este capítulo tem por objectivo descrever todas as etapas da pesquisa e quais as premissas utilizadas para que os objectivos da dissertação sejam atingidos.

d) RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS: neste capítulo, serão analisados os resultados obtidos por meio a análise dos relatórios de sustentabilidade, assim como também será proposto uma série de indicadores que funcionem como benchmark entre as empresas do sector da construção.

e) CONCLUSÕES: neste capítulo serão apresentadas as considerações finais da dissertação, as limitações do estudo e sugestões para os futuros trabalhos sobre indicadores de desempenho económico, social e ambiental nas empresas de construção civil.

Além desses cinco capítulos, constam, ainda, a bibliografia e os anexos da pesquisa.

## **2. REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1 A SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL**

Actualmente, além da preocupação com questões relacionadas com os aspectos económicos, existe uma grande preocupação em relação às questões sociais e ambientais no sector empresarial. Nosso planeta dá sinais claros de que não suporta mais o ritmo de consumo dos dias actuais. A poluição da terra; da água e do ar; chegaram a níveis tão altos que em alguns países certas regiões chegam a ter níveis de poluentes que provocam deformidades e problemas gravíssimos de saúde para os habitantes locais.

A sucessão de ocorrências catastróficas ligadas ao clima e ao meio ambiente, constantemente atacados pelo nosso modo de vida, acabaram forçando a humanidade a repensar sua forma de se relacionar com o planeta. Isso ajudou muito a criar e a fomentar uma consciência mundial de que algo deve mudar.

Dessa forma, a população e demais interessados, vem representando uma pressão constante sobre as empresas e suas práticas de produção e de prestação de serviços. Isso é muito positivo, pois cria nas empresas a necessidade de adaptarem seus procedimentos ou de mudarem sua forma de agir de forma drástica e rápida; sob pena de verem suas vendas, consequentemente os seus lucros, caírem vertiginosamente de forma perigosa e arriscada. Esse “novo comportamento” acabou recebendo o nome de sustentabilidade empresarial. Tendo em vista as exigências actuais, as empresas procuram cada vez mais, definir um conjunto de práticas que visam demonstrar o seu respeito e a sua preocupação com as condições do ambiente e da sociedade em que estão inseridas ou aonde actuam.

A sustentabilidade também deve ser entendida pelo bem-estar que os recursos naturais podem oferecer, tanto na dimensão intra, quanto, inter-temporal. Ou seja, os consumidores dos recursos naturais devem pagar pelo custo da degradação, compensando, assim, os usuários excluídos do bem-estar associado a esses benefícios

(intra-temporal), e as gerações futuras devem ter acesso aos mesmos recursos naturais e qualidade de vida que temos hoje (inter-temporal) (Solow, 2000).

Até então, as empresas tinham como paradigma o foco no lucro (geração de valor para os accionistas), mas com o conceito de desenvolvimento sustentável as corporações passam a incorporar ao seu objectivo os componentes: protecção ao meio ambiente e igualdade social. Com o conjunto dessas três dimensões em 1994, John Elkington lançou o conceito do triple bottom line – Figura 1, conhecido também como o tripé da sustentabilidade, com o qual ele pretendia disseminar a teoria de que as empresas deveriam medir o valor que geram, ou destroem, nas dimensões económica, social e ambiental (Paiva, 2008). Esse termo também ficou conhecido como os 3P's, ou seja, “PPP – People, Planet and Profit” (pessoas, planeta e lucro). Essa nova abordagem deu suporte à criação do Dow Jones Sustainability Index e do Global Reporting Initiative (GRI).

**Figura 1: Visão Tripla: a impressão de um artista sobre a perspectiva do Triple Bottom Line**



Fonte: Elkington; 2008

Para atribuir-se um controle maior e transformar essa preocupação num ponto de apoio ao marketing dessas empresas, países como por exemplo Brasil, EUA, Inglaterra e África do Sul, mostraram sua preocupação com a criação de índices que buscam medir o grau de sustentabilidade empresarial das empresas que têm acções na bolsa.

- O I.S.E.- **Índice de Sustentabilidade Empresarial (Brasileiro)**; acabou se tornando um importante factor para despertar o interesse de investidores nas ações de empresas que possuem políticas claras de respeito à **responsabilidade social** de seus empreendimentos, produtos e serviços. As empresas que se interessam em adotar o índice devem responder a um questionário de aproximadamente cento e cinquenta questões relacionadas ao meio ambiente, atuação social, governança e seu envolvimento com a causa do **desenvolvimento sustentável**.

- O DJSI - **Dow Jones Sustainability Index (EUA)**; foi lançado em 1999 pela Dow Jones Index e a Sustainable Asset Management (SAM), gestora de recursos especializada em empresas comprometidas com responsabilidade social, ambiental e cultural. O Dow Jones define sustentabilidade corporativa como uma abordagem de negócios para criar valor aos accionistas no longo prazo ao abraçar oportunidades e administrar riscos derivados de elementos económicos, ambientais e sociais. Cada uma destas dimensões tem critérios de avaliação geral e específicos por sector. O índice é construído a partir de um questionário, de documentos --relatórios de sustentabilidade, de saúde e segurança e financeiros, entre outros, brochuras, websites — e de informações prestadas pela empresa a analistas, à imprensa e às partes interessadas.

- O **FTSE4Good (Inglaterra)**– Em 2001 O Financial Times e a Bolsa de Londres lançou o FTSE4Good, com o compromisso de elevar o padrão para a entrada de empresas no índice à medida em que boas práticas de responsabilidade corporativa emergissem. A idéia era desafiar as empresas a melhorar suas práticas ambientais e de direitos humanos. Os critérios de selecção passam por certas medidas pré-estabelecidas de bom comportamento quanto a questões ambientais, sociais e humanitárias. As taxas cobradas vão para a UNICEF.

- O **SRI da JSE (Africa do Sul)** – Lançado em 2003 pela Bolsa de Valores de Johannesburg, foi inspirado no FTS4Good, com a diferença de que, ao invés de excluir determinados sectores economicos como o de tabagismo, bebida e armamento como acontece no FTS4Good, o SRI decidiu por classificar esses sectores como sendo de “alto impacto”.

Outra mudança importante para se atingir o desenvolvimento sustentável, segundo Payne e Raiborn (2001), é o horizonte de análise por parte do investidor que passa a ser

de longo prazo ao invés de curto prazo. Para Andrade (1997) e Tenório (2004), o desenvolvimento sustentável deve também equilibrar o crescimento económico com o desenvolvimento do IDH aumentando a qualidade de vida das pessoas, de forma distribuída social e sectorialmente e evitando custos significativos e não compensáveis para as gerações futuras.

Infelizmente, devemos reconhecer que a sustentabilidade empresarial ainda não é um tema central em muitas empresas. Muitas corporações associam a ideia da sustentabilidade empresarial a um aumento nos custos de operação e nos preços de venda; o que provocaria um risco aos seus produtos e a sua inserção no mercado consumidor. No entanto, aos poucos, essa visão vai sendo revertida pela conscientização cada vez maior dos consumidores e a real pressão que esses grupos vêm fazendo sobre o mercado e, conseqüentemente, sobre as empresas.

### **2.1.1 O Relato da sustentabilidade em Portugal**

Segundo estudos (Ferreira, 2004; Monteiro e Guzmán, 2005; Rodrigues *et al.*, 2005; Roque e Cortez, 2006; Branco *et al.*, 2008), em Portugal a investigação sobre sustentabilidade empresarial começa a dar os primeiros passos, podendo-se distinguir entre estudos que incidem sobre a dimensão ambiental do relato empresarial e os que analisam o relato da responsabilidade social (Abreu *et al.*, 2005; Dias-Sardinha e Reijnders, 2005; Branco e Rodrigues, 2005, 2006, 2008a,b).

Dias (2009) considera que apesar do relato da sustentabilidade em Portugal se encontrarem aquém do desejável, é já assinalável o esforço realizado das empresas, no sentido de divulgarem voluntariamente informação relacionada com a sustentabilidade empresarial. No entanto, alguns destes relatórios apresentam poucos ou nenhuns indicadores numéricos, o que indicia que são produzidos mais como instrumento de marketing do que como reflexo de um verdadeiro compromisso com a responsabilidade social. A sustentabilidade nos seus três pilares fundamentais – económico, social e ambiental – tem que ser transversal a toda a actividade empresarial e apesar de existirem muitos desafios a enfrentar e muitas oportunidades a explorar, acreditamos que as empresas portuguesas saberão prosseguir o caminho da sustentabilidade.

Roberts e Koeplin (2007) chegaram a conclusão de que 40 por cento dos relatos feitos por parte de empresas portuguesas a respeito da sustentabilidade, mostra um forte interesse e apoio nas directrizes do GRI. As perspectivas de uma maior inserção das directrizes do GRI parecem positivas. Ainda em Roberts (2007), para as empresas portuguesas que fazem uso das directrizes do GRI, observou-se que cada uma fez uma importante tentativa para cumprir as orientações que compõem as directrizes do GRI.

### **2.1.2 O Relato da sustentabilidade no Brasil**

O relatório de sustentabilidade é um importante instrumento de prestação de contas empresarial. A pergunta-chave que se faz é: “A prática de publicar relatórios de sustentabilidade resultou em maior transparência por parte das empresas e trouxe mudanças expressivas?” Excluindo-se alguns poucos líderes que ascenderam ao topo das pesquisas realizadas pela Rumo a Credibilidade (2008) no decorrer dos anos, a resposta é: “Sim, mas os relatórios de sustentabilidade ainda deixam muito a desejar.” As três grandes críticas aos relatórios que ouvimos são: (1) os relatórios não são lidos; (2) seu principal objectivo é a gestão da reputação (logo, os mesmos carecem de credibilidade); e (3) talvez eles auxiliem a direccionar estratégia e desempenho, porém deveria ser ao contrário.

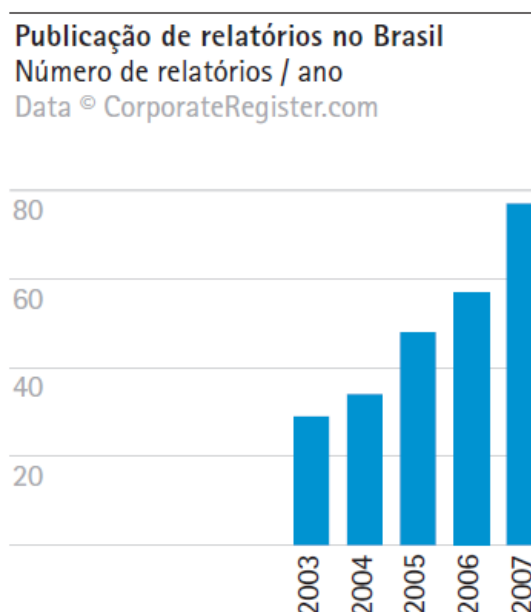
O Brasil tem assistido não apenas ao aumento no número de relatórios de sustentabilidade, mas também a uma melhoria de sua qualidade. Os relatórios brasileiros têm obtido reconhecimento internacional, com alguns recebendo prêmios importantes, tais como o GRI Readers’ Choice (Banco do Brasil, Banco Real, Natura, Petrobras e Usiminas).(Rumo a Credibilidade, 2008).

Hoje, mais de 2.500 relatórios são publicados anualmente por empresas de todo o mundo (Figura 2), incluídas mais de 80% da relação da Fortune 250. O crescimento no número de relatório tem se mantido estável na Europa, na Oceania e na América do Norte e aumentado de forma significativa nos países em desenvolvimento como o Brasil nos últimos anos (Figura 3).

**Figura 2: Publicação Global de Relatórios**



**Figura 3: Publicação de Relatórios no Brasil**



Fonte: Data CorporateRegister

Gasparino e Ribeiro (2007), ao analisar 3 empresas brasileiras e 3 americanas do sector do papel e celulose, constatou que as empresas brasileiras possuem um menor número de indicadores e elementos GRI, além disso, deixam a desejar quanto a valoração das acções ambientais realizadas e à utilização da contabilidade ambiental como fonte de informação e forma de evidenciação.

### **2.1.3 O Relato da sustentabilidade nos EUA**

Quando se fala em sustentabilidade por parte das empresas americanas, imagina-se como um dos países com melhor desempenho a nível de práticas e divulgação sustentável. Em pesquisa realizada por Gasparino e Ribeiro (2007), foi constatado que as empresas americanas possuem um maior número de indicadores e elementos GRI comparada com o Brasil. Ainda em Gasparino e Ribeiro (2007), conclui-se que o nível de evidenciação das empresas americanas é maior que os das empresas brasileiras, ainda que sem cumprirem todas as determinações do GRI.

Ao comparar empresas americanas com outras a nível europeu, foi evidenciado em pesquisa realizada por Michelin (2007), que existem diferenças no grau de divulgação

entre empresas europeias e americanas. Em geral, as empresas europeias apresentam maiores divulgações. As diferenças existentes no relato da sustentabilidade em diferentes países dependem de aspectos éticos, sociais e ambientais e das questões políticas frente à empresa e seu comportamento. Os resultados obtidos por Michelon (2007) concordam com pesquisas anteriores, que se destacaram ao evidenciar a existência de diferenças na divulgação da sustentabilidade de acordo com o país de origem (Adams, 1999; Adams *et al.*, 1995; Andrew *et al.*, 1989; Roberts, 1991; Guthrie e Parker, 1989).

## **2.2 DIRECTRIZES PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DO GRI**

Uma das principais directrizes que diz respeito as questões económicas, sociais e ambientais, especialmente na divulgação dos relatórios de sustentabilidade a nível mundial são as directrizes do Global Reporting Initiative – GRI, que são objectos desse estudo. A GRI Global Reporting Initiative é uma organização não governamental internacional com sede em Amsterdã, na Holanda, cuja missão é desenvolver e disseminar globalmente directrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade utilizados voluntariamente por empresas de todo o mundo que desejam dar informação sobre os aspectos económicos, ambientais e sociais de suas actividades, produtos e serviços (GRI, 2008). De acordo com o Instituto Ethos (2008), a GRI é o único modelo aceite mundialmente. Em consequência do exposto citado, será apresentada as principais características do GRI:

### ***2.2.1 Global Reporting Initiative***

Todo assunto relacionado com a sustentabilidade, vem sendo cobrado com maior rigor pela sociedade. A urgência e a grandeza dos riscos e dos danos para a nossa sustentabilidade e a imensa disponibilidade de opções e oportunidades fez a transparência sobre os impactos económicos, ambientais e sociais tornar-se componente fundamental para que haja eficácia nas relações com os stakeholders, nas decisões sobre

investimento e em outras relações de mercado. Para dar suporte a essa expectativa e para comunicar de forma clara e transparente o que se refira à sustentabilidade, em 1997 foi criada a Global Reporting Initiative com uma iniciativa conjunta da organização não governamental Coalition for Environmentally Responsible Economies (Ceres) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) no intuito de compartilhar globalmente uma estrutura de conceitos, uma linguagem coerente e métrica.

A Figura 2 resume os principais acontecimentos desde 1997 (ver também Brown *et al.* 2007, Dingwerth 2007).

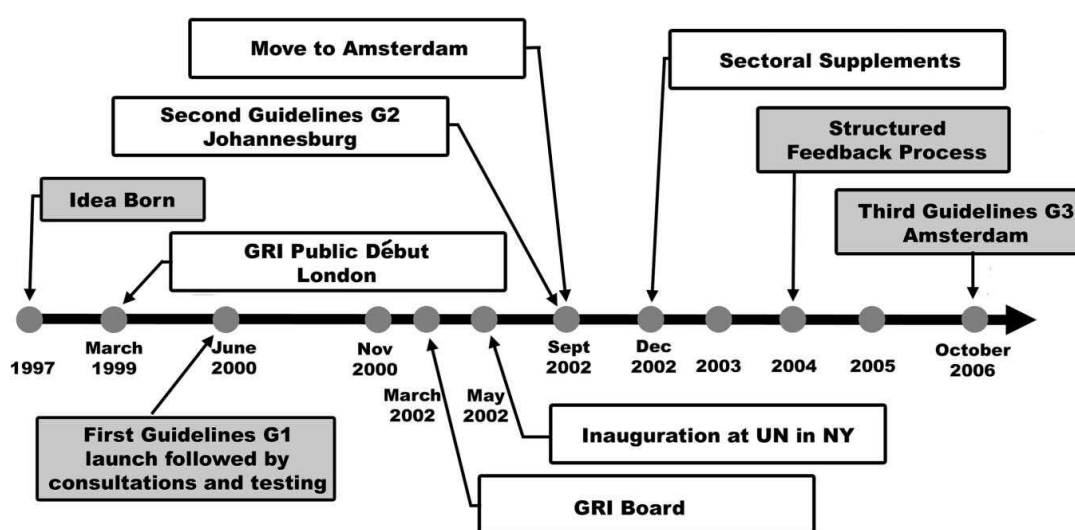


Figura 4: História do GRI

Fonte: Brown et al. 2009

O primeiro projecto das directrizes do GRI (Sustainability Reporting Guidelines Exposure Draft) foi apresentado em um simpósio internacional no Imperial College London em Março 1999. Um programa teste-piloto foi lançado logo depois, com a realização de diversas reuniões em diferentes locais do mundo. A primeira edição oficial das directrizes GRI foi lançada em Junho de 2000 e para assegurar alto grau de qualidade técnica, credibilidade e relevância, a Estrutura de Relatórios de Sustentabilidade da GRI é desenvolvida e continuamente melhorada por meio de um intenso engajamento multistakeholder que envolve organizações relatoras e especialistas que, juntos, desenvolvem e revisam o conteúdo da Estrutura de Relatórios (GRI, 2008). A segunda edição das Directrizes G2, assim chamado, foi lançada em

Agosto de 2002 durante a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo. A terceira geração das Directrizes, G3, foi lançada em Outubro de 2006. Contou com a participação e feedback de 150 organizações de 30 países (GRI 2007). Uma pesquisa de 2002 com 107 empresas multinacionais, mostrou que o GRI tomou a segunda posição da bem-estabelecida Norma ISO 14001 (ISO 2007) por ter maior influência nas práticas dos serviços ligados a responsabilidade Social (Berman *et al.* 2003, tradução nossa). É evidente que o GRI vem se estabelecendo e tomando uma maior visibilidade e prestígio mundial como meio de “normalização” dos relatórios de sustentabilidade das empresas em todo o mundo.

## ***2.2.2 Directrizes para elaboração do Relatório de Sustentabilidade***

### ***2.2.2.1 Relatório de Sustentabilidade***

O Relatório de Sustentabilidade tem a função de informar aos stakeholders a respeito do desempenho organizacional e tem como objectivo atacar de forma positiva a sustentabilidade empresarial.

Recentemente, as empresas vêm buscando desenvolver relatórios de sustentabilidade conforme Directrizes da GRI, divulgando os resultados obtidos dentro do período relatado, no contexto dos compromissos, da estratégia e da forma de gestão da organização.

As principais funcionalidades do Relatório de Sustentabilidade, são:

- Padrão de referência (benchmarking) e avaliação do desempenho de sustentabilidade com respeito a leis, normas, códigos, padrões de desempenho e iniciativas voluntárias;
- Demonstração de como a organização influencia e é influenciada por expectativas de desenvolvimento sustentável;
- Comparação de desempenho dentro da organização e entre organizações diferentes ao longo do tempo.

### 2.2.2.2 Conteúdo do Relatório de Sustentabilidade

O GRI (Global Reporting Initiative) estabelece um padrão para apresentação do relatório de sustentabilidade, o qual sugere três tipos de conteúdo para que o relatório esteja em conformidade com suas exigências. Os conteúdos compreendem:

- **Perfil** – Informações que fornecem o contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional, incluindo sua estratégia, perfil e gestão.
- **Informação sobre a Forma de Gestão - Dados cujo objectivo é explicitar o contexto no qual deve ser interpretado o desempenho da organização numa área específica.**
- **Indicadores de Desempenho** – Expõem informações sobre o desempenho económico, ambiental e social da organização passíveis de comparação.

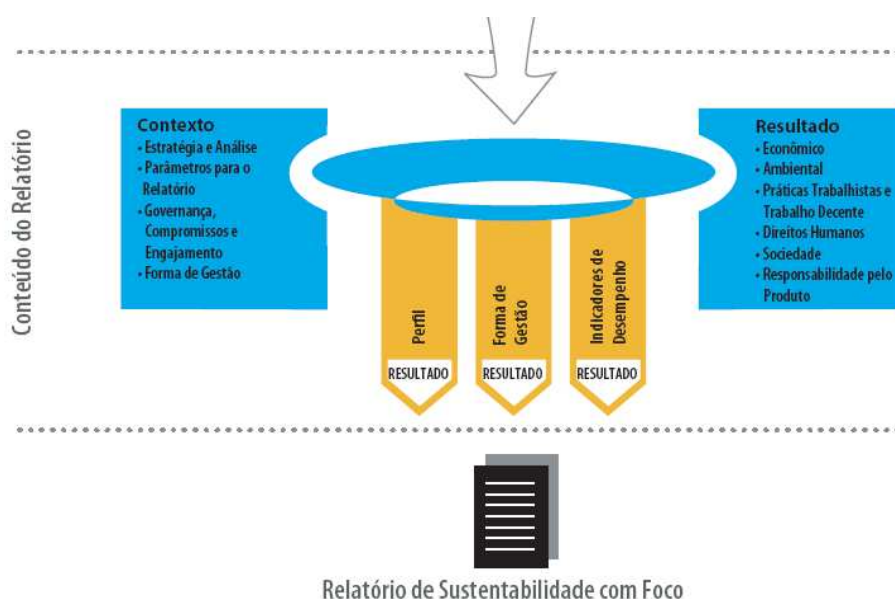


Figura 5: Visão Geral do Conteúdo do Relatório do GRI

Fonte: Directrizes GRI

A Figura 2, representa o formato ideal de apresentação do relatório de sustentabilidade conforme as directrizes do GRI, no entanto, nada impede que as organizações escolham um outro formato, que incluam mais informações.

### ***2.2.2.3 Directrizes do GRI para o sector da construção civil***

A GRI está a trabalhar com um grupo de multi-stakeholder para criar a o suplemento do sector da Construção e Obras Públicas. O Grupo de Trabalho está composto por empresas do sector da construção, empresas imobiliárias e por stakeholders de diversas áreas geográficas. No processo de busca por um consenso por parte do Grupo de Trabalho, existe a discussão sobre o conteúdo do Suplemento Sectorial.

O Suplemento ao sector da construção vai basear-se na terceira geração das Diretrizes GRI (G3). (GRI)

Até a data de 30 de Junho do corrente ano, está disponível para consulta o draft suplemento do sector da construção civil. Na sequência da consulta pública, a GRI irá rever e considerar todas as informações recebidas para desenvolver o suplemento do sector da construção. Um segundo comentário público terá lugar no final do projecto que é previsto para o final de 2010. A liberação do guia para este sector, está previsto para meados de 2011.

Considerando a informação acima descrita, não foi possível utilizar as directrizes do sector da construção civil e imobiliário para o desenvolvimento desta pesquisa.

As directrizes que serviram como base para o presente trabalho, foi a G3, principalmente pelo facto desta servir como base para a construção do suplemento do sector da construção.

### ***2.2.2.4 Indicadores de Desempenho***

No Reino Unido grupos de trabalhos que discutiam sobre indicadores chave de desempenho conseguiram identificar 10 parâmetros para aferir ao sector da construção a fim de que esse possa alcançar um bom desempenho, Egan (1998). No entanto, a maioria destes indicadores, tais como custo de construção, tempo de construção, defeitos, a satisfação do cliente com o produto e serviço, lucratividade e produtividade, o incentivo por um bom resultado, a proposta de um controle no custo e no tempo de um projecto de construção, e de segurança pode ser considerado como processo de pensamento orientado. Não existem sugestões de indicadores de desempenho quando se

trata de benchmarking, ou seja, na fase de selecção de projectos, fase de análise, satisfação do cliente e se as metas de entrega são atingidas. Além disso, a perspectiva do “projecto” e do “Fornecedor” não são claramente identificados. Nenhuma das medidas mencionadas nesta secção, por exemplo, poderia identificar o desempenho dos fornecedores no ambiente da construção.

Dessa forma, observa-se que apesar de os indicadores serem números necessários à medição de desempenho (pois com eles consegue-se quantificar as informações, auxiliando no entendimento da situação da empresa, fornecendo subsídios para que gestores identifiquem onde devem focar a atenção, além de efectuarem projecções), existe ainda uma grande lacuna a ser preenchida por indicadores de desempenho ainda não identificados como por exemplo nas fases de selecção de projectos, fase de análise, satisfação do cliente, desempenho do fornecedor, e na observação de que as metas de entrega são atingidas.

Para serem úteis à gestão, os indicadores devem estar normalizados e sua série temporal carece da fixação da norma ou forma de medida, para permitir a comparabilidade, com a visualização das tendências no tempo e nos dados da própria organização, da concorrência e com os referenciais de excelência. A análise desses indicadores proporciona conclusões relevantes para a tomada de decisões nos vários níveis da organização.

De acordo com as directrizes do GRI, ao relatar os indicadores de desempenho, deve-se aplicar a seguinte orientação sobre compilação de dados:

- **Relato sobre tendências** – As informações apresentadas deverá ser relativas ao período coberto pelo relatório (um ano, por exemplo) e a pelo menos dois períodos anteriores, bem como às metas futuras, quando estabelecidas para curto e médio prazo.
- **Uso de protocolos** – As organizações deverá usar os protocolos que acompanham os indicadores ao relatá-los. Os protocolos fornecem orientação básica para a interpretação e compilação de informações.
- **Apresentação de dados** – Em alguns casos, índices ou dados normalizados são formatos úteis e apropriados para a apresentação de dados. Se forem usados índices ou dados normalizados, os dados absolutos também deverão ser fornecidos.

- **Agregação de dados** – As organizações reladoras deverá determinar o nível apropriado de agregação de informações
- **Sistema métrico** – Os dados relatados deverão ser apresentados por um sistema métrico internacionalmente aceito (quilogramas, toneladas, litros) e calculados usando-se factores padrão de conversão. No caso de existirem convenções internacionais específicas (como a que trata das emissões de gases de efeito estufa – GEE –, por exemplo), elas normalmente estarão especificadas nos protocolos de indicadores.

O GRI, através de processos multistakeholders desenvolveu indicadores essenciais, que visam identificar os indicadores geralmente aplicáveis e considerados relevantes para a maioria das organizações. A organização deverá relatar os indicadores essenciais, a menos que eles demonstrem não estar em conformidade com os princípios de relatório da GRI. Os indicadores adicionais representam práticas emergentes ou tratam de temas que podem ser relevantes para algumas organizações, mas não para outras. No caso de existirem versões definitivas de suplementos sectoriais, os indicadores deverão ser tratados como indicadores essenciais.

A escolha de quais indicadores são mais adequados à companhia é feita a partir da identificação das necessidades estratégicas, no momento apropriado do ciclo de vida em que se encontra a empresa (Myabara et al, 2004). Para Kaplan e Norton (1997), o ciclo de vida pode ser dividido em três fases: crescimento - onde os investimentos são elevados, sustentação - período no qual se espera o retorno do capital investido – e colheita, fase da maximização do fluxo de capital.

Quanto maior a quantidade de indicadores existente, maior será a dificuldade para a escolha daqueles que retratam fielmente a realidade da empresa. Actualmente, em decorrência da grande preocupação com o desenvolvimento sustentável, percebe-se uma tendência para a utilização conjunta de indicadores económicos, sociais e ambientais. Cabe nesse momento um maior aprofundamento desses indicadores.

#### **2.2.2.4.1 Indicadores Económicos**

O desempenho financeiro é fundamental para compreender uma organização e sua própria sustentabilidade. Entretanto, essas informações já são normalmente relatadas nas demonstrações financeiras.

A sustentabilidade económica comporta diversificação das actividades produtivas, desenvolvimento económico intersectorial equilibrado, contínua actualização dos instrumentos de produção e acesso à ciência e à tecnologia. Ela abrange alocação e distribuição eficientes dos recursos naturais dentro de uma escala apropriada.

O conceito de desenvolvimento sustentável, observado a partir da perspectiva económica, segundo Van Bellen (2005), vê o mundo em termos de estoques e fluxo de capital. Na verdade essa visão não está restrita apenas ao convencional capital monetário ou económico, mas está aberta a considerar capitais de diferentes tipos, incluindo o ambiental e /ou natural, capital humano e capital social. O grande problema da sustentabilidade que pode ser destacado, é o de monitorar o capital em toda a sua forma. As organizações buscam um meio de se tornarem sustentáveis, mas de maneira que mantenha ou maximize o seu retorno. Os economistas ao contrário dos ambientalistas, tendem a ser optimistas em relação a capacidade humana de se adaptar a novas realidades e circunstancias e resolver problemas com a sua capacidade técnica: No mundo económico, para Van Bellen (2005), o único elemento imprevisível é a raça humana.

Também dentro da dimensão económica, Bartelmus (1994a) discute a sustentabilidade a partir da contabilidade e da responsabilidade. Para ele, a contabilidade é pré requisito para a gestão racional do meio ambiente e da economia. O autor faz críticas aos meios tradicionais para medir custo e capitais, pois estes sistemas, tem falhado por negligenciar, por um lado, a escassez provocada pela utilização de recursos naturais, que prejudica a produção sustentável da economia, e, por outro, a degradação da qualidade ambiental e as consequências que ela tem sobre a saúde e o bem-estar humano.

Uma condição importante para atingir a sustentabilidade é a superação das disparidades regionais numa proposta de co-desenvolvimento com base na igualdade, bem como no controle institucional efectivo do sistema financeiro internacional e na evolução das políticas e das instituições internacionais de protecção do meio ambiente. A dimensão económica da sustentabilidade se refere aos impactos da organização sobre as condições económicas de seus stakeholders e sobre os sistemas económicos em nível local, nacional e global. Os indicadores económicos ilustram:

- o fluxo de capital entre diferentes stakeholders;
- os principais impactos económicos da organização sobre a sociedade como um todo.

O que geralmente é menos informado, apesar de frequentemente desejado por usuários de relatórios de sustentabilidade, é a contribuição da organização à sustentabilidade de um sistema económico mais amplo.

O relatório de sustentabilidade com base nas directrizes da GRI deve fornecer um relato conciso acerca dos itens da forma de gestão com referência aos seguintes aspectos económicos:

- Desempenho económico;
- Presença no mercado;
- Impactos económicos indirectos.

Segundo o GRI, outras informações relevantes necessárias para compreender o desempenho organizacional, podem ser exemplificadas, como segue abaixo:

- Principais resultados ou metas atingidos e não atingidos;
- Principais riscos e oportunidades organizacionais;
- Principais mudanças no período coberto pelo relatório de sistemas ou estruturas, visando melhorar o desempenho;
- Principais estratégias para a implementação de políticas ou obtenção de desempenho.

#### **2.2.2.4.2 Indicadores Sociais**

Na perspectiva social, a sustentabilidade é observada pela ênfase dada pela presença do ser humano na terra. A grande preocupação está voltada para o bem-estar humano, com as formas de aumentar as condições de qualidade de vida. Rutherford (1977) argumenta, que se deve preservar o capital social e humano e que o aumento desse

montante deve gerar dividendos. Infelizmente o conceito de bem-estar não é facilmente construído nem medido.

Para Van Bellen, (2005), a sustentabilidade social refere-se a um processo de desenvolvimento que leve a um crescimento estável com uma distribuição equitativa de renda, gerando, com isso, a diminuição das actuais diferenças entre os diversos níveis na sociedade e a melhoria das condições de vida das populações.

Os indicadores sociais são subdivididos nas seguintes categorias: práticas trabalhistas, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto. Cada categoria inclui informações sobre a forma de gestão e um conjunto correspondente de indicadores de desempenho essenciais e adicionais.

Conforme o GRI, outras informações relevantes necessárias para compreender o desempenho organizacional, são:

- principais resultados ou metas atingidos e não atingidos;
- principais riscos e oportunidades organizacionais;
- principais mudanças, no período coberto pelo relatório, de sistemas ou estruturas visando melhorar o desempenho;
- principais estratégias e procedimentos para a implementação de políticas ou alcance de objectivos.

#### ***2.2.2.4.3 Indicadores Ambientais***

A dimensão ambiental da sustentabilidade se refere aos impactos da organização sobre sistemas naturais vivos e não vivos, incluindo ecossistemas, terra, ar e água. Os indicadores ambientais abrangem o desempenho relacionado a insumos (como material, energia, água) e a produção (emissões, efluentes, resíduos). Além disso, abarcam o desempenho relativo à biodiversidade, à conformidade ambiental e outras informações relevantes, tais como gastos com meio ambiente e os impactos de produtos e serviços.

Para Van Bellen (2005), na sustentabilidade da perspectiva ambiental a principal preocupação é relativa aos impactos das actividades humanas sobre o meio ambiente. Ela é expressa pelo que os economistas chamam de capital natural. Nessa visão, a produção primária, oferecida pela natureza, é a base fundamental sobre a qual se assenta a espécie humana.

Sustentabilidade ecológica significa ampliar a capacidade do planeta pela utilização do potencial encontrado nos diversos ecossistemas, ao mesmo tempo em que se mantém a sua deterioração em um nível mínimo. Deve-se reduzir a utilização de combustíveis fósseis, diminuir a emissão de substâncias poluentes, adoptar políticas de conservação de energia e de recursos, substituir recursos não renováveis e aumentar a eficiência em relação aos recursos utilizados (Van Bellen, 2005).

Conforme o GRI, deve-se fornecer um relato conciso sobre a abordagem da gestão com referência aos seguintes aspectos ambientais:

- materiais;
- energia;
- água;
- biodiversidade;
- emissões, efluentes e resíduos;
- produtos e serviços;
- conformidade;
- transporte;
- geral.

Além dos indicadores indicados pelo GRI, deve ser utilizados indicadores de uso específico de cada organização, levando em consideração a relevância de cada um.

## **2.3 *BENCHMARKING***

O Construction Best Practice Programme (CBPP), define o benchmarking como um processo sistemático de comparar e medir a performance das organizações de um mesmo sector, permitindo dessa forma que os gestores visualizem sua situação em relação aos seus maiores competidores. Nela os gestores identificam uma actividade e/ou operação que necessita ser melhorada e podem implantar processos utilizados em organizações mais eficientes. Empresas que se dedicam a fazer benchmarking, o faz por duas razões, ou eles estão tentando avaliar como estão em relação aos seus principais concorrentes, ou estão observando para aprender e incorporar as melhores ideias de sucesso de empresas do sector (Acord, 2000).

Dessa maneira, dentre as formas de obtenção das informações para se efectuar o benchmarking destacam-se: visitas a empresas líderes de alguma actividade; pesquisa em publicações especializadas, propagandas, entrevistas e contactos com clientes, profissionais e consultores, informativos técnicos e comerciais, teste de laboratório, estudos de comparação; parceiras com partilha de informações (Takashina, 2005).

O benchmarking pode ser dividido, segundo Kay (2007) em duas categorias de avaliação:

- Benchmarking interno, o qual abrange duas formas de comunicação e partilha de opiniões entre departamentos dentro da mesma organização ou entre organizações que operam como parte de uma cadeia em diferentes países. O processo de benchmarking deve iniciar internamente, para que a empresa primeiramente se conheça e crie uma base para comparação com as outras.
- Benchmarking externo que requer uma comparação do trabalho com outras organizações, no intuito de descobrir novas ideias, métodos, produtos e serviços, proporcionando oportunidades de aprendizagem das melhores práticas e experiências. Essa comparação pode ser realizada: por meio apenas dos concorrentes directos (mais difícil de conseguir colaboração e cooperação); através das melhores empresas mundiais; e ainda através de comparações com empresas do mesmo sector.

Na Inglaterra, foi desenvolvido um sistema de indicadores de benchmarking para a indústria da construção, denominado KPI (Key Performance Indicators). A proposta desse sistema é permitir a medição de desempenho de empreendimentos e organizações da indústria da construção, de modo que as informações possam ser usadas para comparação entre as empresas do sector. Além disso, o projecto enfatiza que os indicadores de benchmarking são componentes essenciais para qualquer organização mover-se em direcção ao atendimento das melhores práticas. Esse sistema está focado em sete principais grupos de medidas: prazo, custo, qualidade, satisfação do cliente, mudanças de cliente, desempenho do negócio e segurança e saúde do trabalho (KPI Working Group, 2000).

Resultados de estudos realizados na Inglaterra e no Chile mostram que há um número considerável de empresas construtoras que buscam medir e controlar diferentes

variáveis em suas organizações e empreendimentos, mas que não dispõem de sistemas adequados para processamento e análise dos dados. Segundo o CDT as empresas obtêm esses dados e informações em seus empreendimentos. No entanto, não conseguem definir indicadores chave que possibilitem medir e comparar os desempenhos das empresas, tanto internos quanto externamente.

Segundo Barros Neto (1999), as empresas de construção também têm dificuldade em estabelecer e explicitar a sua estratégia competitiva e os seus objectivos estratégicos em cada um dos segmentos de actuação. Essas empresas caracterizam-se pela concentração das decisões operacionais e estratégicas na figura do chefe, apresentam uma visão imediatista, na qual o curto prazo é valorizado em detrimento ao longo prazo e, como consequência, os gerentes, em geral, não conseguem pensar em um horizonte de tempo muito amplo (Barros Neto, 1999).

Outra característica das empresas da construção civil é que estas trabalham com sistemas de produção orientados ao empreendimento, em que o produto é único em termos de projecto e condições locais, e esses empreendimentos estão inseridos em um ambiente dinâmico com muitas variáveis externas, difíceis de serem analisadas (Barros Neto, 1999).

Esse contínuo processo é realizado através da identificação, compreensão e adaptação das práticas das organizações de referência do sector, entre departamentos de uma mesma empresa ou entre instituições do mesmo grupo, conduzindo então a um desempenho superior, uma melhor prestação do serviço aos clientes e utilização mais eficiente dos recursos.

O processo benchmarking pode ser de difícil implantação, porém é útil e pode ser integrado à rotina da organização, levando-a a um ambiente de melhoria contínua e maiores desempenhos.

Tendo em consideração os pontos explicitados, a ferramenta benchmarking pode ser utilizada pelo sector da construção civil para demonstrar sua eficácia, bem como identificar as melhores práticas de medição. Através dessa avaliação, subsidiada pela percepção de utilizadores, existe a possibilidade de seus gestores repensarem sobre todos os procedimentos adoptados pela empresa em seu aspecto económico, social e ambiental e, assim, satisfazer as expectativas dos satakeholders e da sociedade.

### **3. A INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL**

A indústria da construção é considerada uma das indústrias mais importantes no mundo. Em termos de relevância económica, ela representa um terço de formação de capital bruto em todo o mundo, somando entre cinco a sete por cento do PIB na maioria dos países (Kenny, 2007). Actualmente, a indústria internacional da construção está dominada por poucas empresas de grande porte, tais como Bechtel, Skanska AB e Taisei Corporation, que são activas tanto em suas regiões originais, quanto em países em desenvolvimento (Datamonitor, 2006a). Por outro lado, na maior parte dos países em desenvolvimento, a indústria da construção é formada por poucas grandes empresas, frequentemente públicas, acompanhadas por um grande número de empresas de pequeno e médio porte (Kenny, 2007).

A indústria da construção tende a ter uma reputação de baixa qualidade e serviço, e um histórico de quebra de promessas contratuais (Wood *et al*, 2002). A indústria é responsável por aproximadamente dezassete por cento de acidentes fatais ou aproximadamente 60000 mortes por ano mundialmente (Kenny, 2007). Na medida em que a indústria envolve processos de produção complexos e sem padronização que estimulam informações assimétricas entre clientes e fornecedores e em função das suas muitas ligações estreitas com o governo, não é surpresa que a construção seja frequentemente considerada como uma das indústrias mais corruptas mundialmente (Kenny, 2007; Graafland, 2004). Junto com alguns outros sectores que se caracterizam pelo trabalho intensivo (como hotéis e restaurantes e o de bens de consumo), o sector de construção é associado com a sonegação de impostos e com problemas sociais (Graafland, 2004).

Em empresas de construção bem estabelecidas, as operações baseadas em projectos geralmente são utilizadas. Cada projecto forma uma proporção significativa do *turnover* geral da empresa, desta forma a falha de um único projecto pode alavancar problemas em toda a organização (Kangari, 1988). Em sua natureza, um projecto de construção é um empreendimento com muitas características únicas tais como longa duração, processos complicados, ambiente insalubre, intensidade financeira e estruturas de organização dinâmicas (Flanagan; Norman, 1993; Smith, 1999). Ao envolver os

interesses de diversos *stakeholders*, projectos de construção exacerbam o risco imprevisível e complexo (Zou *et al.*, 2006). As empresas de construção ainda enfrentam os problemas comuns sobre a natureza e status do emprego na construção, saúde e segurança, preocupações ambientais, relações com comunidades, relações com rede de fornecedores, parcerias, investimentos internacionais e relações públicas (Jones *et al.*, 2006).

Em algumas grandes empresas de construção, integrar responsabilidade social empresarial às estratégias da empresa parece ser uma solução para esses problemas, e são muitas vezes direccionadas para melhorar a sua reputação (Wenblad, 2001; Graafland, 2004). Uma forma de melhorar a reputação pós-escândalos, por exemplo, é integrar políticas de responsabilidade social empresarial à estratégia da empresa. Contudo, alguns autores enfatizam a importância de sistemas nacionais e regionais nos quais as empresas estão inseridas como influenciadores das práticas da sustentabilidade (Baughn *et al.*, 2007; Welford, 2004). Como consequência, estudos sobre projectos de construção são geralmente específicos em relação ao contexto em que estão inseridos, e as implicações são geralmente limitadas aos países onde tais estudos têm sido conduzidos. Assim, torna-se essencial estudar a natureza e estrutura da indústria de construção local, a escala de projectos de construção, estratégias de gestão de compras e suprimentos, maturidade das organizações envolvidas e valores e normas culturais locais em cada país, objectivando avaliar as actividades realizadas e o contexto no qual as actividades sustentáveis estão inseridas (Toor; Ogunlana, 2007).

### ***3.1 A indústria da construção civil em Portugal***

A indústria da construção em Portugal, assim como acontece em outros países, tem importância significativa no conjunto da economia nacional. O sector da Construção Civil é um sector muito diferenciado dos outros sectores de actividade, quer em termos produtivos, quer em termos de mercado de trabalho. Trata-se de um sector que apresenta uma cadeia de valor muito extensa, porque recorre a uma ampla rede de inputs, proporciona o aparecimento de externalidades positivas às restantes actividades e gera efeitos multiplicadores significativos a montante e a jusante (Nunes, 2001, p.7). A construção é uma actividade económica com características próprias, representada

por uma diversidade grande: de clientes, com uma procura que vai do particular que pretende construir por conta própria ao estado, das grandes empresas multinacionais aos pequenos promotores tradicionais; de projectos, onde cada obra apresenta, geralmente, características diferentes, o que dificulta o desenvolvimento de produtos e processos de fabrico standardizados; de produtos, que cobrem tanto a habitação tradicional como obras mais complexas, por exemplo, estradas, edifícios inteligentes ou barragens; de operações produtivas, onde o produto final resulta da interacção entre várias especialidades com graus diferenciados de exigência e tecnologia; de tecnologias, em resultado da intervenção numa empreitada de diversas especialidades e da coexistência de tecnologias de produção novas com as antigas; de unidades produtivas, em que empresas com grandes meios e capacidades e tecnologicamente evoluídas laboram a par de empresas com um aproveitamento limitado das tecnologias disponíveis e com utilização abundante do factor mão-de-obra (Afonso *et al.*, 1998).

A estrutura da construção portuguesa é significativamente diferente da do conjunto dos restantes países da Europa. Os segmentos com maior peso na estrutura produtiva, em Portugal, são o residencial e a engenharia civil, enquanto, na Europa Ocidental, predomina a manutenção e a recuperação, diferenças estas que caracterizam estádios de desenvolvimento económico distintos, correspondendo, de algum modo, a uma tendência de longo prazo de aumento do peso da actividade de manutenção e recuperação na estrutura produtiva do sector à medida que se verifica um maior desenvolvimento do país. (Nunes, 2001)

A procura dirigida a este sector depende directamente do grau de desenvolvimento da economia, da conjuntura económica e do montante das despesas públicas, ou seja, mais do que, em qualquer outro sector de actividade, a sua evolução depende do montante e das fases de investimentos em outros sectores. Estamos, pois, perante uma actividade tendencialmente pró-cíclica, ou seja, expansões mais marcadas que a economia global em fases positivas do ciclo e recessões mais profundas em períodos negativos, sendo, por isso mesmo a sua dinâmica frequentemente considerada como um dos principais indicadores de uma economia, ou um dos seus barómetros.

O fenómeno da globalização e do surgimento de empresas voltadas para o mercado global está acontecendo a uma velocidade vertiginosa. Nenhum sector, de nenhum país,

conseguirá manter os clientes se não for capaz de conservar a liderança na oferta de um valor maior a compradores globais.

### ***3.2 A indústria da construção civil no Brasil***

A indústria da construção no Brasil é definida pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC, 2007a) de duas formas: uma abordagem considera essa indústria como um “macro sector”, que inclui toda rede de actividades relacionadas à construção desde fornecedores a provedores de serviços e outra percebe a indústria de construção como formada somente por empresas directamente ligadas à engenharia civil e actividades de infra estrutura. O macro sector de construção representou 18,4% do PNB do país em 2004 e o trabalho directo proveniente da indústria de construção totalizou 37.714.000 empregados em 2003.

Segundo o relatório da Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2001), em São Paulo, um grande número de pequenas empresas especializadas em trabalhos de construção específicos, tais como fundações, implementação de aço, etc, tem aparecido recentemente.

Além deste factor, a maior parte de empresas de construção em São Paulo tem apenas poucos trabalhadores registados e o restante deles são subcontratados por projecto. O problema principal desse novo tipo de fornecedores é que eles não têm pessoal qualificado para conduzir os serviços. Dadas essas circunstâncias, as empresas de construção estão começando a trabalhar com um alto número de empresas por projecto. Essas empresas subcontratadas são heterogéneas em natureza. Enquanto algumas são empresas bem organizadas, com muitos anos no mercado, outras são empresas jovens, com uma estrutura organizacional não tradicional formada por poucos trabalhadores.

Normalmente, trabalhadores na indústria de construção no Brasil têm um nível educacional mais baixo do que a média nacional (ILO, 2001). Em 1999, 14,6% da força de trabalho da construção era analfabeta e 57% tinha menos de quatro anos de escolaridade (PNAD apud ILO, 2001). Contudo, em 2006 o Brasil foi classificado a nona maior economia no mundo no que diz respeito à paridade de poder de compra, possuindo sectores de agricultura, mineração, manufactura e serviço bem

desenvolvidos. No período de 2001-2003, a indústria de construção sofreu uma contracção de 12,5% (EIU, 2007a). A indústria tem se recomposto, principalmente devido ao declínio gradual da taxa de juros desde Setembro de 2005 e forte recuperação da renda real (EIU, 2007a). Até o momento, a indústria de construção no Brasil vem crescendo rapidamente devido a fortes investimentos do governo e crescimento da economia (Business Monitor, 2007). Em Janeiro de 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (BRASIL, 2007) foi planejado para desbloquear a economia do país e incrementar sua taxa de crescimento da média de 2,6% desde 2000 para 5% em 2010 e tem como objectivo alavancar 500 bilhões de reais (PAC, 2007). Por exemplo, o governo investiu US\$ 128,4 bilhões no sector de energia, US\$ 27,2 bilhões em transporte, US\$ 79,8 bilhões para moradia e esgoto e também desenvolverá vários projectos de inclusão social.

Muitos desses projectos serão viabilizados mediante parceria entre as áreas pública e privada como modelo financeiro.

De acordo com o Business Monitor (2007), Odebrecht, Andrade Gutierrez, Companhia Brasileira de Projectos e Obras (CBPO), Camargo Corrêa e Construtora OAS são consideradas dentre as dez maiores empresas de construção do país e são atores chave na indústria de construção do Brasil. A maior parte das empresas são dominantes no mercado doméstico e estão também expandindo suas acções no mercado internacional. Em 2004, Camargo Corrêa adquiriu a empresa argentina Loma Negra por US\$ 1 bilhão. A Votorantin tem investido aproximadamente US\$ 900 milhões na expansão internacional desde 2001. De acordo com a Câmara Brasileira da Indústria de Construção (CBIC, 2007a), há aproximadamente 118.993 empresas de construção registadas no Brasil, e aproximadamente 94% de tais empresas são de pequeno e médio porte. Além disso, a privatização de serviços de infra-estrutura tem criado oportunidades para empresas estrangeiras tornarem-se parceiras das brasileiras (Business Monitor, 2007).

### ***3.3 A indústria da construção civil nos EUA***

A indústria da Construção Civil americana representa 8,47% do PIB americano, em 2007 (Construction Industry Roundtable, 2007). A indústria da Construção Civil é uma

das maiores actividades económicas nos Estados Unidos, abrangendo cerca de 883.000 empresas. Deste total, aproximadamente 268.000 estão envolvidas na construção de edificações, 64.000 empresas actuam na construção pesada e 550.000 empresas cuidam dos serviços especiais. A maior parte destas empresas é de pequeno porte, sendo que cerca de 65% das empresas empregam até quatro empregados e apenas 1% emprega 100 ou mais empregados (Us Bureau of Labor Statistics, 2006). A indústria da Construção Civil, segundo o *Bureau of Labor Statistics*, empregava, em 2006, quase 7,7 milhões de pessoas (fixas e terceirizadas) e 1,9 milhão de autónomos. Aproximadamente 64% dos empregos na Construção Civil estavam no âmbito das empresas de serviços especiais, 24% na construção de edificações e o restante estava empregado nas empresas de construção pesada. Actuam directamente para os proprietários das edificações residenciais e comerciais 1,9 milhão de autónomos, trabalhando em adições e remodelações, ou agem como "*contractors*" para estas actividades.

A Construção Civil americana é responsável por 22% da produção total mundial do setor. (Mello e Amorim, 2009)

O déficit de pessoal qualificado na Construção Civil americana tem levado a um crescimento da mecanização como forma de incrementar a produtividade e suprir a deficiência. Outra providência é o aumento da utilização de conjuntos pré-fabricados (Construction Industry Institute, 2003). Todavia, deve ser ressaltado que estas medidas não representam uma alternativa real para a substituição de pessoal qualificado. Empresas com novas tecnologias também requerem pessoal qualificado.

Existe uma diferença significativa em relação ao faturamento das empresas, em cada região, de acordo com cada economia. O faturamento das empresas brasileiras é aproximadamente 8,6 % do faturamento das empresas americanas, o que é explicável pela diferença entre o tamanho das economias americana e brasileira. A Construção Civil americana apresenta, actualmente, sérios problemas, devido à crise imobiliária causada pelos empréstimos podres.

Dessa forma, espera-se apresentar informações que venham a contribuir para o crescimento do sector de construção civil, no que se refere à obter uma matriz comparável com indicadores do desempenho em sustentabilidade no sector da

construção civil, principalmente pela existência de uma pequena quantidade de pesquisas empíricas nessa área.

## **4. MÉTODO DE PESQUISA**

Este tópico oferece uma visão geral acerca dos procedimentos adoptados para a elaboração da presente pesquisa. De acordo com Demo (1995, p.11) a metodologia é:

(...) o estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência. É uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa. Ao mesmo tempo em que visa conhecer caminhos do processo científico, também problematiza criticamente, no sentido de indagar os limites da ciência, seja com referência a capacidade de conhecer, seja com referência à capacidade de intervir na realidade.

Nesse contexto, Viegas (1999, p.124-130) classifica os métodos de pesquisa em três tipos: o método dedutivo, o método indutivo e o método hipotético-dedutivo. O raciocínio dedutivo é aquele que procede do geral para o particular. O método indutivo segue o caminho inverso, ou seja, parte da experiência de casos particulares para inferir que podem ser estendidos aos demais casos de mesma natureza. Já o método hipotético-dedutivo refere-se à necessidade de afirmação científica através da confirmação de hipóteses já formuladas.

Baseado no exposto acima, o presente estudo foi orientado de acordo com o método de pesquisa classificado como hipotético-dedutivo.

### **4.1 UNIVERSO E AMOSTRA**

#### **4.1.1 Universo da Pesquisa**

Beuren (2004, p. 118) define universo da pesquisa como “a totalidade de elementos distintos que possui certa paridade nas características definidas para determinado estudo.” Em relação à presente pesquisa, a população seleccionada foram empresas de Construção Civil nos EUA, Brasil e Portugal.

#### **4.1.2 Definição da Amostra**

Acerca da amostra, Beuren (2004, p. 120) afirma ser esta “um mecanismo para facilitar o processo de análise e interpretação dos dados.” A amostra a ser estudada nesta pesquisa trata-se das 30 maiores empresas da Construção Civil de Portugal, Brasil e EUA.

A técnica de amostragem adoptada é a probabilística por conglomerados ou grupo, pois cada elemento tem a mesma chance de ser escolhido, estando as conclusões a serem retiradas da pesquisa, vinculadas a essas amostras.

#### **4.1.3 Determinação do tamanho da amostra**

O grupo a ser estudado trata-se das 10 maiores empresas de Portugal, Brasil e EUA. A escolha do Brasil e EUA para nossa pesquisa, se deu pelo facto desses apresentarem índices de sustentabilidade empresarial em bolsa, podendo servir de melhor base para comparação entre empresas Portuguesas que buscam apoiar o ambiente e a sociedade de forma a não afectar seus lucros.

Tendo em vista a realização deste estudo, as maiores empresas da indústria de construção civil de Portugal, Brasil e Estados Unidos foram seleccionadas. Foram utilizados diferentes rankings locais, procedendo à exclusão de empresas que não forneciam informação sobre a sustentabilidade em seus *websites*.

Para selecção das empresas portuguesas, foi utilizada a classificação fornecida no Expresso 2007 que indica as vinte e cinco maiores empresas do sector. A utilização da informação de 2007, se deu pelo facto da falta desta informação para o ano de 2009.

Para selecção de empresas brasileiras, foi utilizada a classificação da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC, 2009), que indica as cinquenta maiores empresas do país de acordo com a receita bruta

Para selecção de empresas americanas, foi utilizado o ranking fornecido pela Engineering News Record do ano de 2009.

## **4.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS**

A colecta de dados foi realizada mediante a análise dos documentos organizacionais de trinta empresas que disponibilizaram através dos seus websites. As secções dos websites que se referiam claramente sobre a sustentabilidade também foram analisadas. Os relatórios anuais e os relatórios de sustentabilidade disponibilizados pelas empresas foram também examinados em detalhe. Portanto, a colecta de dados foi realizada através do conteúdo proveniente directamente dos websites.

Foram analisadas as actividades de responsabilidade económicas, sociais e ambientais realizadas em 30 empresas onde, 10 são americanas, 10 brasileiras e 10 portuguesas, todas do sector da construção civil com base nos relatórios publicados.

## **4.3 MÉTODO DE ANÁLISE**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com uso da técnica de análise de conteúdo e de estudo de multi-casos.

### **4.3.1 Análise de Conteúdo**

A análise de conteúdo é uma das várias técnicas de pesquisa que pode ser usada na análise de textos. Berelson apud Freitas *et al.* (1997, p. 98) conceitua a análise de conteúdo como “uma técnica de pesquisa para a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto nas comunicações, tendo por objectivo interpretá-las”.

A técnica de análise de conteúdo é definida por Bardin (1977, p. 42) como:

“um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens”.

Kolbe e Burnett (1991, p. 245), entretanto, relatam que a utilização da técnica de análise de conteúdo deve estar pautada em um processo que leve à objectividade e à fiabilidade, que, segundo os mesmos autores, se refere “ao processo pelo qual categorias analíticas são desenvolvidas e usadas. Definições operacionais claras e regras e procedimentos detalhados para a codificação são necessários para facilitar um processo preciso e confiável” (tradução nossa).

Outro ponto importante na análise de conteúdo é a respeito de quem irá executar as análises. Freitas e Janissek (2000, p. 17) destacam:

Normalmente, solicita-se a um terceiro (aluno, auxiliar, etc.) que realize a única codificação, quando ela poderia ser rica em aprendizado caso feita pessoalmente pelo analista ou pesquisador. Essa actividade exige a leitura de cada uma das respostas, gerando, nesse processo, novas ideias de análise e uma riqueza de compreensão e percepção sem iguais para o analista responsável.

Cabe ressaltar que neste trabalho toda a análise foi executada pelo próprio autor.

#### **4.3.2 Unidades de análise**

Um dos estágios importantes da análise de conteúdo é destacar a unidade de análise. É nesse tópico que deve ser definido o montante (quantidade) de divulgação apresentado em cada categoria, que pode ser medido por palavras, número de sentenças ou proporção de páginas.

Milne e Adler (1999, p. 244) indicam as sentenças como uma base adequada para a codificação, pois são “muito mais fiáveis do que qualquer outra unidade de análise. Além disso, uma leitura cuidadosa na maioria das análises de conteúdos ambientais e sociais revela que a sentença forma a maior parte das escolhas para codificação” (tradução nossa).

Com base no exposto citado, nesta pesquisa optou-se como unidade de análise pela utilização da sentença (frase) ou da sentença por contexto para a codificação e para a quantificação da divulgação.

### ***4.3.3 Categorias e Subcategorias***

Freitas e Janissek (2000, p. 46) argumentam que as categorias são o coração da análise de conteúdo e podem ser definidas como “rubricas significativas em função das quais o conteúdo será classificado e eventualmente quantificado”.

Ainda nas palavras de Freitas e Janissek (2000, p. 46), as categorias “devem se originar seja do documento objecto de análise, seja de um certo conhecimento geral da área ou actividade na qual se insere”. As subcategorias são subdivisões dos assuntos das categorias.

O checklist com as categorias e subcategorias utilizadas neste trabalho foi criado pelo autor, conforme exemplos de pesquisas sobre divulgação de indicadores sustentáveis (Nossa, Valcemiro 2002; Gray *et al.*, 1995b; Hankston e Milne 1996; Salomone e Gallucio 2001), onde foi realizada a análise de conteúdos, metodologia esta que se assemelha a nossa e com base no relatório do GRI com directrizes para o sector da construção civil. Neste sentido, as categorias definidas para utilização nesta pesquisa estão assim distribuídas:

**Tabela 1: Categorias e subcategorias a nível económico**

| <b>Categoria</b>                      | <b>Subcategoria</b>                                                                                                                                                                                                                                                             |
|---------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Impactos Económicos Directos</b>   | Valor Económico directo gerado e distribuído                                                                                                                                                                                                                                    |
|                                       | Implicações Financeiras e outros riscos e oportunidades para as actividades da organização devido a alterações climáticas                                                                                                                                                       |
| <b>Impactos Económicos Indirectos</b> | Cobertura do plano de pensões,<br>Benefícios financeiros originários do governo<br>Variação da Proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local<br>Políticas, práticas e proporção das despesas em fornecedores locais<br>Procedimentos para contratação local |
|                                       | Desenvolvimento e impacto de investimentos em infra-estrutura e serviços oferecidos, principalmente em benefício público<br>Identificação e descrição de impactos económicos directos, indirectos, incluindo a extensão do impacto                                              |

**Tabela 2: Categorias e subcategorias a nível social**

| <b>Categoria</b> |                                                                                                |
|------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Emprego</b>   | Mão de obra total, por tipo de emprego, por contrato de trabalho e por região                  |
|                  | Nº total de trabalhadores e respectiva taxa de rotatividade, por faixa etária, género e região |
|                  | Benefícios assegurados a trabalhadores a tempo inteiro                                         |

|                                                 |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|-------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Relação Gestão/Mão de Obra</b>               | <p>Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de contratação colectiva</p> <p>Prazos mínimos de notificação prévia para mudanças operacionais</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| <b>Saúde e Segurança</b>                        | <p>Percentagem da totalidade de mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde</p> <p>Taxa de acidentes e acidentes fatais, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo relacionados com o trabalho</p> <p>Programas em curso de formação, educação, aconselhamento para garantir assistência aos colaboradores</p> <p>Tópicos relativos a segurança e saúde, abrangidos por acordos formais com sindicatos</p>                                                                 |
| <b>Formação e Educação</b>                      | <p>Media de horas de formação, por ano, por trabalhador discriminados por categoria de funções</p> <p>Programas para aprendizagem continua que apoia a continuidade da empregabilidade e para gestão de carreira</p> <p>% de funcionários que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira</p>                                                                                                                                                                         |
| <b>Diversidade e Igualdade de oportunidades</b> | <p>Discriminação dos colaboradores por categoria, de acordo com o género, faixa etária, minoria, sexo etc</p> <p>Rácio do salário base dos homens X mulheres por categoria profissional</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>Direitos Humanos</b>                         | <p>Percentagem e nº total de contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas sobre direitos humanos</p> <p>% de fornecedores e empreiteiros sujeitos a acções de verificações de direitos humanos</p> <p>Nº de casos de discriminação e acções tomadas</p> <p>Casos que exista risco de impedimento à liberdade de associação</p> <p>Ocorrência de trabalho infantil e medidas para o impedimento</p> <p>Ocorrência de trabalho escravo ou forçado e providencias para o impedimento</p> |

### **Desempenho Social- Corrupção**

Percentagem do pessoal de segurança submetido em formação associados a direitos humanos  
Incidentes que envolvam violação dos direitos indígenas

Eficácia de programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações na comunidade  
Unidades alvo de corrupção,

% colaboradores que tenham participado de formações de anti – corrupção

Acções desenvolvidas como resposta a ocorrência de situações de corrupção

Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas publicas e em grupos de pressão

Contribuições financeiras a partidos políticos , políticos ou instituições relacionadas

Numero total de acções judiciais por concorrência desleal, antitrust e praticas de monopólio

Multas e sanções não monetárias relacionadas com o n cumprimento de leis e regulamentos

### **Desenvolvimento Social – Responsabilidade do Produto**

Ciclo de vida dos produtos e serviços em que os impactes de saúde e segurança são avaliados  
Incidentes resultantes da não - conformidade com regulamentos e códigos relativos aos impactes na segurança e saúde

Procedimentos para informação e rotulagem dos produtos e serviços

Número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários

Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente

Programas de adesão a leis, normas e códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing,

Incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos as comunicações

Reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes

Multas e sanções não-monetárias relacionadas com o não cumprimento de leis e regulamentos

**Tabela 3: Categorias e subcategorias a nível ambiental**

|                       |                                                                                                                          |
|-----------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Materiais</b>      | Materiais usados por peso e volume                                                                                       |
|                       | Percentual de materiais usados oriundos de reciclagem                                                                    |
| <b>Energia</b>        | Consumo directo e indirecto por fonte primária                                                                           |
|                       | Poupança de energia através da eficiência e conservação                                                                  |
|                       | Iniciativas para promoção de produtos e serviços energeticamente eficientes e baseados em energias renováveis            |
|                       | Iniciativas para reduzir o consumo indirecto de energia e reduções registadas                                            |
| <b>Água</b>           | Consumo de água (retirada por fonte, recursos hídricos afectados)                                                        |
|                       | Recursos hídricos significantes afectados por retirada de água                                                           |
|                       | Volume e Percentual de água reutilizada e reciclada                                                                      |
| <b>Biodiversidade</b> | Localização e tamanho da área possuída dentro de áreas protegidas                                                        |
|                       | Impactos significantes da biodiversidade                                                                                 |
|                       | Habitats protegidos e recuperados;                                                                                       |
|                       | Estratégias, acções presentes e planos futuros para preservação da biodiversidade                                        |
|                       | Nº de espécies na lista vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies discriminada por nível de risco |
| <b>Emissões</b>       | Emissão de Gases com efeito estufa ; outras emissões indirectas relevantes                                               |
|                       | Iniciativa para redução de emissão de gases com efeito estufa e outras emissões                                          |
|                       | Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozono                                                                  |
|                       | NOx, SOx, e outras emissões significativas por tipo e peso                                                               |
|                       | Descarga de água por qualidade e destino                                                                                 |
|                       | Total de resíduos por tipo e destino                                                                                     |
|                       | Nº total e volume dos derrames significativos                                                                            |

|                            |                                                                                                                                   |
|----------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Produtos e Serviços</b> | Peso dos resíduos transportados, importados, exportados e tratados perigosos nos termos da convenção da Basileia                  |
|                            | Iniciativa, dimensão, estatuto de protecção e valor para a biodiversidade dos recursos hídricos afectados pelas descargas de água |
|                            | Iniciativa de mitigação dos impactes ambientais dos produtos e serviços                                                           |
|                            | Percentagem de produtos e respectivas embalagens que são aproveitadas                                                             |
| <b>Conformidade</b>        | Valor monetário de multas ambientais                                                                                              |
|                            | Impactes ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos                                                         |
|                            | Total de custos e investimentos com protecção ambiental                                                                           |

Destaca-se ainda que essas categorias e subcategorias foram usadas como ponto de partida para a análise.

## 5. ANÁLISE DOS DADOS: RESULTADOS E CONCLUSÕES

O objectivo deste capítulo é organizar e descrever os dados colectados nos relatórios de sustentabilidade, nos relatórios de contas e nos websites das 10 maiores empresas, do sector da construção civil, a nível de países como Portugal, Brasil e Estados Unidos. O conjunto de empresas de cada uma das amostras (Portugal, Brasil e Estados Unidos) foi analisado separadamente e os resultados de cada amostra foram confrontadas posteriormente. Também é objectivo desse trabalho, discutir os resultados da análise de conteúdo relacionando-os com o que foi discutido nos capítulos precedentes, no sentido de responder às questões de pesquisa.

A Tabela 1 apresenta, por país, a quantidade de empresas da amostra previamente seleccionada, assim como o número de companhias realmente analisadas.

No Brasil, das 7 empresas analisadas, não foi possível ter acesso aos relatórios de sustentabilidade e relatório de contas de 3 empresas seleccionadas para análise, no EUA esse número foi de 2 empresas. Em um caso a home page da empresa não estava disponível ou ainda encontrava-se em construção na altura da colecta de dados (em Portugal). Assim, a análise está centrada em 24 empresas entre as 30 maiores definidas na amostra.

**Tabela 4: Quantidade de empresas da amostra por país**

| País           | Empresas Pesquisadas |            | Empresas analisadas |            |
|----------------|----------------------|------------|---------------------|------------|
|                | Quantidade           | Percentual | Quantidad<br>e      | Percentual |
| Portugal       | 10                   | 33%        | 9                   | 90%        |
| Brasil         | 10                   | 33%        | 7                   | 70%        |
| Estados Unidos | 10                   | 33%        | 8                   | 80%        |
| Total          | 30                   | 100%       | 24                  | 80%        |

## **5.1 CATEGORIAS ANALISADAS**

Este tópico tem por objectivo descrever cada categoria e/ou subcategoria encontrada e analisada nos relatórios de sustentabilidade, relatórios de contas e websites. São basicamente 18 categorias a nível económico, social e ambiental, divididas em várias subcategorias.

### **5.1.1 Indicadores Económicos**

Nesta categoria está aglutinada todas as informações referentes às políticas, metas e objectivos economicamente relacionados com o desempenho sustentável declarados pelas empresas, assim como o compromisso dos dirigentes com o desenvolvimento sustentável. A divulgação desta categoria foi realizada nos relatórios de sustentabilidade, no website e nos relatórios de contas.

A quantidade de empresas por cada país em análise que apresentaram adequadamente seus indicadores económicos em seus relatórios de sustentabilidade, websites e relatórios de contas, em conformidade com o checklist elaborado pelo autor com base das directrizes do GRI, estão abaixo relacionadas:

**Tabela 5: Indicadores Económicos**

| Impactos Económicos Directos                                                                                              | Freq. P | %     | Freq. B | %     | Freq. E | %    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|-------|---------|-------|---------|------|
| Valor Económico directo gerado e distribuído                                                                              | 9       | 100,0 | 7       | 100,0 | 8       | 100  |
| Implicações Financeiras e outros riscos e oportunidades para as actividades da organização devido a alterações climáticas | 3       | 33,3  | 0       | 0,0   | 0       | 0    |
| Cobertura do plano de pensões,                                                                                            | 3       | 33,3  | 2       | 28,6  | 1       | 12,5 |
| Benefícios financeiros originários do governo                                                                             | 4       | 44,4  | 1       | 14,3  | 0       | 0    |
| Variação da Proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local                                             | 4       | 44,4  | 1       | 14,3  | 1       | 12,5 |
| Políticas, práticas e proporção das despesas em fornecedores locais                                                       | 4       | 44,4  | 1       | 14,3  | 0       | 0    |
| Procedimentos para contratação local                                                                                      | 4       | 44,4  | 1       | 14,3  | 3       | 37,5 |
| Impactos Económicos Indirectos                                                                                            |         |       |         |       |         |      |
| Desenvolvimento e impacto de investimentos em infra-estrutura e serviços oferecidos, principalmente em benefício público  | 4       | 44,4  | 1       | 14,3  | 3       | 37,5 |
| Identificação e descrição de impactos económicos directos, indirectos, incluindo a extensão do impacto                    | 4       | 44,4  | 1       | 14,3  | 2       | 25   |

Das 10 maiores empresas de construção civil de cada país, todas evidenciam seus indicadores económicos. O número de empresas por cada país que fez a devida divulgação dos indicadores económicos sugeridos pelo Global Reporting Initiative-GRI, em seus relatórios de sustentabilidade, relatórios de contas e em seus websites, foram acima registadas.

Dentre os indicadores económicos sugeridos pelo GRI foi possível identificar que, a maior parte não foi reportado pelo número total de empresas de cada país analisado. Apenas o indicador com impactos económicos directos, Valor Económico Directo Gerado e Distribuído, está em uso por todas as empresas objecto da análise.

Também podemos observar, que as empresas portuguesas e brasileiras, mantêm uma preocupação maior que as empresas americanas, em divulgar informações a nível económico em seus relatórios de sustentabilidade.

As empresas portuguesas do sector da construção civil, encontram-se num bom processo de divulgação de seus indicadores de desempenhos económicos sustentáveis. Todos os indicadores que são solicitados pelo GRI foram abordados em média, por cinco das nove empresas em análise, apesar de nem todas fazer uso de todos os indicadores. As empresas que não faziam uso de determinado indicador, fizeram uma abordagem na qual mostra seus interesses para que nos próximos anos, possam melhor entender tais indicadores, e realizar uma futura divulgação.

As empresas brasileiras do sector da construção civil, encontram-se num processo de divulgação de seus indicadores de desempenhos económicos sustentáveis menos avançado que as empresas portuguesas. Nem todos os indicadores que são solicitados pelo GRI foram abordados pelas empresas analisadas. Também em contradição as empresas portuguesas, as empresas brasileiras não demonstraram em seus relatórios de sustentabilidade o interesse pela descoberta de como medir um determinado indicador de desempenho, para que seja possível uma futura divulgação.

Na análise dos dados das empresas americanas, foi possível perceber que não existe uma preocupação com o uso das directrizes do GRI ao nível dos Indicadores Económicos, facto este, explicado pela aplicação das directrizes por apenas uma empresa. As demais empresas apresentaram alguns índices que são solicitados pelo GRI, no entanto, não transmitem em seus relatórios o conhecimento das directrizes.

### ***5.1.2 Indicadores Sociais***

Nesta categoria, a grande preocupação está voltada para o bem-estar humano, com as formas de aumentar as condições de qualidade de vida combinado com a capacidade de gerar dividendos para a empresa.

Algumas das empresas pesquisadas não apresentaram em seus relatórios informações a respeito de seus indicadores sociais. No entanto, também está aglutinada nesta categoria, benefícios levados a sociedade por meio de cooperação com associações, informações essas, encontradas em maior parte nos websites das empresas e discutidas neste capítulo de forma descritiva, pois é dessa forma que aparece evidenciada a informação por maior parte das empresas analisadas.

A quantidade de empresas por cada país em análise que apresentaram adequadamente seus indicadores sociais em seus relatórios de sustentabilidade em conformidade com o checklist elaborado pelo autor, estão abaixo relacionadas:

**Tabela 6: Indicadores sociais**

| <b>Emprego</b>                                                                                                                | Freq.P | %     | Freq. B | %     | Freq. E | %    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|-------|---------|-------|---------|------|
| Mão de obra total, por tipo de emprego, por contrato de trabalho e por região                                                 | 4      | 44,44 | 4       | 57,14 | 1       | 12,5 |
| Nº total de trabalhadores e respectiva taxa de rotatividade, por faixa etária, género e região                                | 2      | 22,22 | 4       | 57,14 | 0       | 0    |
| Benefícios assegurados a trabalhadores a tempo inteiro                                                                        | 3      | 33,33 | 4       | 57,14 | 0       | 0    |
| <b>Relação Gestão/Mão de Obra</b>                                                                                             |        |       |         |       |         |      |
| Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de contratação colectiva                                                  | 2      | 22,22 | 2       | 28,57 | 0       | 0    |
| Prazos mínimos de notificação prévia para mudanças operacionais                                                               | 4      | 44,44 | 2       | 28,57 | 0       | 0    |
| <b>Saúde e Segurança</b>                                                                                                      |        |       |         |       |         |      |
| Percentagem da totalidade de mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde                               | 3      | 33,33 | 2       | 28,57 | 1       | 12,5 |
| Taxa de acidentes e acidentes fatais, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo relacionados com o trabalho por região | 3      | 33,33 | 4       | 57,14 | 1       | 12,5 |
| Programas em curso de formação, educação, aconselhamento para garantir assistência aos colaboradores                          | 5      | 55,56 | 3       | 42,86 | 1       | 12,5 |
| Tópicos relativos a segurança e saúde, abrangidos por acordos formais com sindicatos                                          | 4      | 44,44 | 2       | 28,57 | 0       | 0    |
| <b>Formação e Educação</b>                                                                                                    |        |       |         |       |         |      |
| Media de horas de formação, por ano, por trabalhador discriminados por categoria de funções                                   | 5      | 55,56 | 3       | 42,86 | 0       | 0    |
| Programas para aprendizagem continua que apoia a continuidade da empregabilidade e para gestão de carreira                    | 4      | 44,44 | 1       | 14,29 | 1       | 12,5 |
| % de funcionários que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira                          | 3      | 33,33 | 1       | 14,29 | 1       | 12,5 |
| <b>Diversidade e Igualdade de oportunidades</b>                                                                               |        |       |         |       |         |      |
| Discriminação dos colaboradores por categoria, de acordo com o género, faixa etária, minoria, sexo etc                        | 5      | 55,6  | 3       | 42,86 | 0       | 0    |
| Rácio do salário base dos homens X mulheres por categoria profissional                                                        | 3      | 33,3  | 3       | 42,86 | 0       | 0    |
| <b>Direitos Humanos</b>                                                                                                       |        |       |         |       |         |      |
| % e nº total de contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas sobre direitos humanos                        | 2      | 22,2  | 1       | 14,3  | 0       | 0    |
| % de fornecedores e empreiteiros sujeitos a acções de verificações de direitos humanos                                        | 3      | 33,3  | 2       | 28,6  | 1       | 12,5 |
| Nº de casos de discriminação e acções tomadas                                                                                 | 3      | 33,3  | 1       | 14,3  | 0       | 0    |
| Casos que exista risco de impedimento à liberdade de associação                                                               | 4      | 44,4  | 1       | 14,3  | 1       | 12,5 |
| Ocorrência de trabalho infantil e medidas para o impedimento                                                                  | 4      | 44,4  | 2       | 28,6  | 1       | 12,5 |
| Ocorrência de trabalho escravo ou forçado e providencias para o impedimento                                                   | 4      | 44,4  | 3       | 42,9  | 1       | 12,5 |
| % do pessoal de segurança submetido em formação associados a direitos humanos                                                 | 0      | 0,0   | 1       | 14,3  | 0       | 0    |
| Incidentes que envolvam violação dos direitos indígenas                                                                       | 0      | 0,0   | 0       | 0,0   | 1       | 12,5 |
| <b>Desempenho Social- Corrupção</b>                                                                                           |        |       |         |       |         |      |
| Eficácia de programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações na comunidade                                 | 4      | 44,4  | 1       | 14,3  | 1       | 12,5 |
| Unidades alvo de corrupção,                                                                                                   | 4      | 44,4  | 1       | 14,3  | 1       | 12,5 |
| % colaboradores que tenham participado de formações de anti – corrupção                                                       | 0      | 0,0   | 1       | 14,3  | 1       | 12,5 |
| Acções desenvolvidas como resposta a ocorrência de situações de corrupção                                                     | 4      | 44,4  | 1       | 14,3  | 1       | 12,5 |
| Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas publicas e em grupos de pressão                | 4      | 44,4  | 2       | 28,6  | 0       | 0    |
| Contribuições financeiras a partidos políticos , políticos ou instituições relacionadas                                       | 0      | 0,0   | 2       | 28,6  | 0       | 0    |
| Numero total de acções judiciais por concorrência desleal, antitrust e praticas de monopólio                                  | 2      | 22,2  | 1       | 14,3  | 0       | 0    |
| Multas e sanções não monetárias relacionadas com o n cumprimento de leis e regulamentos                                       | 3      | 33,3  | 1       | 14,3  | 0       | 0    |
| <b>Desempenho Social – Responsabilidade do Produto</b>                                                                        |        |       |         |       |         |      |
| Ciclo de vida dos produtos e serviços em que os impactes de SS são avaliados assim como o % sujeito a tais procedimentos      | 2      | 22,2  | 2       | 28,6  | 1       | 12,5 |
| Incidentes resultantes da não - conformidade com regulamentos e códigos relativos aos impactes, SS dos produtos               | 2      | 22,2  | 1       | 14,3  | 0       | 0    |
| Procedimentos para informação e rotulagem dos Prod. E Serv., bem como a % dos Prod. E Serv. sujeitos a tais requisitos        | 2      | 22,2  | 1       | 14,3  | 0       | 0    |
| Nº total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regul. e cód. voluntários relativos ao item anterior            | 2      | 22,2  | 0       | 0,0   | 0       | 0    |
| Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente                                                                        | 4      | 44,4  | 1       | 14,3  | 0       | 0    |
| Programas de adesão a leis, normas e códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing                           | 4      | 44,4  | 1       | 14,3  | 1       | 12,5 |
| Incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos ao item anterior               | 3      | 33,3  | 0       | 0,0   | 1       | 12,5 |
| Reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes                                                        | 2      | 22,2  | 1       | 14,3  | 1       | 12,5 |
| Multas e sanções não-monetárias relacionadas com o não cumprimento de leis e regulamentos                                     | 2      | 22,2  | 0       | 0,0   | 1       | 12,5 |

## **Emprego**

Os indicadores que caracterizam a categoria “Emprego”, estão relacionados com a mão – de – obra de cada empresa. Nesta categoria, as empresas brasileiras realizaram uma maior divulgação, facto este caracterizado também pela maior quantidade de benefícios oferecidos aos funcionários de empresas brasileiras comparativamente com Portugal e Estados Unidos, conforme leitura dos relatórios de sustentabilidade. Dentre as empresa portuguesas, a divulgação foi não foi realizada pela totalidade das empresas, no entanto, as empresas que não forneceram uma divulgação, demonstraram o interesse em divulgar os indicadores nos próximos relatórios de sustentabilidade.

As empresas americanas foram as que menos demonstraram preocupação em divulgar esta categoria em conformidade com o GRI, facto este, identificado pela quantidade de empresas que fizeram a divulgação dos indicadores que representam tal categoria.

## **Relação Gestão/Mão - de – Obra**

Essa categoria é representada pelos indicadores “Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de contratação colectiva” e “Prazos mínimos de notificação prévia para mudanças operacionais, indicadores estes, que estão directamente relacionados com a melhor gestão de cada empresa perante os seus recursos humanos.

Por parte de duas empresas brasileiras houve a divulgação de ambos os indicadores. As empresas portuguesas, de modo geral, nesta categoria foram as que mais divulgaram os indicadores. Os prazos mínimos de notificação prévia para mudanças operacionais são divulgados por quatro das nove empresas portuguesas analisadas.

As empresas de construção civil americanas analisadas, não apresentaram informação sobre os indicadores que representam a categoria em questão.

A divulgação dessa categoria se deu de forma descritiva por parte de 100% das empresas analisadas e que realizaram a divulgação dos indicadores.

## **Saúde e Segurança**

Nesta categoria é possível encontrar informações a respeito da saúde e segurança dos recursos humanos pertencentes a cada empresa.

Em média, quatro empresas portuguesas realizaram a divulgação dos indicadores representados por esta categoria, merecendo destaque a divulgação dos programas em curso de formação, educação, aconselhamento para garantir assistência aos colaboradores, que foi realizada por um maior número de empresas.

Dentre as empresas brasileiras, uma média de 2 empresas realizaram a divulgação dos indicadores que representam a categoria em questão. O indicador divulgado por uma quantidade maior de empresas brasileiras foi o que faz referencia as taxas de acidentes e acidentes fatais, doenças profissionais, dias perdidos e absenteísmo relacionados com o trabalho por região.

As empresas americanas, já como evidenciado, não tem grande aderência as directrizes do GRI, facto este observado também nesta categoria, onde apenas 1 empresa realizou a divulgação de 3 dos indicadores que representam a categoria em análise.

## **Formação e Educação**

Esta categoria representa a oportunidade gerada por cada empresa de enriquecer a formação pessoal e profissional de seus colaboradores, através de várias acções de formação em áreas diversas como a saúde e segurança, o ambiente e a qualidade, gestão, direito, ética, comportamento ou mesmo formação específica em áreas técnicas da engenharia. Além das formações, está também inserida nesta categoria as acções de sensibilização junto dos colaboradores e comunidades envolventes acerca de temas relacionados com o meio ambiente ou a saúde.

As empresas portuguesas foram as que mais divulgaram esta categoria. O indicador mais divulgado tanto por empresas portuguesas como pelas brasileiras foi o que se refere a “ Média de horas de formação, por ano, por trabalhador discriminados por categoria de funções” que foi divulgado por cinco do total de nove empresas portuguesas analisadas e por três das sete empresas brasileiras.

O indicador mais divulgado entre as empresas portuguesas e brasileiras se quer foi divulgado por parte das empresas americanas, facto este justificado pela pouquíssima adesão as directrizes da GRI.

### **Diversidade e Igualdade de oportunidades**

No que diz respeito à igualdade de género, o sector da construção é, tipicamente, um sector de actividade masculino. As empresas que não contemplam qualquer critério de género como factor de diferenciação no processo de recrutamento e selecção de colaboradores foi limitada a média de uma empresa portuguesa e uma brasileira.

Não foi encontrada divulgação por parte das empresas norte americanas da categoria em questão.

### **Direitos Humanos**

Nesta categoria as empresas tem o dever de apoiar e respeitar a protecção dos direitos humanos internacionalmente reconhecidos; Garantir que não participam em violações dos direitos humanos. Apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento do direito à negociação colectiva; Apoiar a eliminação do trabalho forçado e obrigatório; Apoiar a erradicação do trabalho infantil; Apoiar a abolição de discriminação no emprego; Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios do ambiente; Estimular iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental; incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias amigas do ambiente.

A quantidade de divulgação dessa categoria se deu em maior parte pelas empresas portuguesas, no entanto, dois indicadores deixaram de ser referenciados pelas empresas portuguesas “% do pessoal de segurança submetido em formação associados a direitos humanos” e “incidentes que envolvam violação dos direitos indígenas”. Em seguida as empresas brasileiras foram as que mais divulgaram em termos de quantidade de indicadores, deixando apenas um indicador de ser referenciado “incidentes que envolvam violação dos direitos indígenas”. As empresas americanas, apesar de terem sido as que menos divulgaram informação sobre os indicadores, foram as únicas que

fizeram referenciam ao indicador “incidentes que envolvam violação dos direitos indígenas”.

### **Corrupção**

A categoria em questão está relacionada com trabalhos realizados por parte das empresas contra todos os tipos de corrupção, incluindo extorsão e suborno.

As empresas portuguesas estão a frente em termos de quantidade de empresas que divulgam informação a respeito desta categoria, no entanto, deixam de divulgar dois indicadores “% de colaboradores que tenham participado de formação anti-corrupção” e “Contribuições financeiras a partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas”.

As empresas brasileiras, apesar da menor quantidade de empresas que realizam divulgação sobre esta categoria, foram as que divulgaram informação de todos os indicadores desta categoria.

As empresas americanas foram as que menos divulgaram em termos de quantidade de empresas e de número de indicadores, esta categoria.

### **Responsabilidade do Produto**

Nesta categoria as empresas de construção civil têm o dever de prestar informações que dizem respeito aos seus produtos e que estejam relacionadas com a saúde e segurança que seus produtos transmitem aos clientes.

A divulgação desta categoria se deu em maior parte pelas empresas portuguesas, tanto a nível de quantidade de empresas que prestaram informação sobre esta categoria, como a nível de quantidade de indicadores referenciados.

As empresas brasileiras vêm após as empresas portuguesas a nível de quantidade de empresas e de indicadores referenciados, deixando de divulgar informações a respeito de três indicadores, conforme tabela 6.

Apenas uma empresa americana realizou a divulgação de informação a respeito dessa categoria, deixando no entanto, de divulgar informações a respeito de quatro indicadores conforme mostra tabela 6.

### ***5.1.3 Indicadores Ambientais***

Os indicadores ambientais abrangem o desempenho relacionado com o material, energia, água, utilizados na construção civil, assim como no processo de produção com as possíveis emissões de gases, efluentes e resíduos. Além disso, também agregam o desempenho relacionado com a biodiversidade, à conformidade ambiental e outras informações relevantes, tais como gastos com meio ambiente e os impactos de produtos e serviços.

A quantidade de empresas por cada país em análise que apresentaram adequadamente seus indicadores ambientais, tanto nos seus relatórios de sustentabilidade como em seus relatórios de contas em conformidade com o checklist elaborado pelo autor, estão abaixo relacionadas:

**Tabela 7: Indicadores Ambientais**

| <b>Materiais</b>                                                                                                         | Freq. P | %    | Freq. B | %    | Freq. E | %    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|------|---------|------|---------|------|
| Materiais usados por peso e volume                                                                                       | 5       | 55,6 | 2       | 28,6 | 0       | 0    |
| Percentual de materiais usados oriundos de reciclagem                                                                    | 5       | 55,6 | 1       | 14,3 | 0       | 0    |
| <b>Energia</b>                                                                                                           |         |      |         |      |         |      |
| Consumo directo e indirecto por fonte primária                                                                           | 4       | 44,4 | 2       | 28,6 | 1       | 12,5 |
| Poupança de energia através da eficiência e conservação                                                                  | 4       | 44,4 | 1       | 14,3 | 1       | 12,5 |
| Iniciativas para promoção de produtos e serviços energeticamente eficientes e baseados em energias renováveis            | 4       | 44,4 | 1       | 14,3 | 1       | 12,5 |
| Iniciativas para reduzir o consumo indirecto de energia e reduções registadas                                            | 4       | 44,4 | 1       | 14,3 | 1       | 12,5 |
| <b>Água</b>                                                                                                              |         |      |         |      |         |      |
| Consumo de água (retirada por fonte, recursos hídricos afectados)                                                        | 4       | 44,4 | 2       | 28,6 | 1       | 12,5 |
| Recursos hídricos significantes afectados por retirada de água                                                           | 2       | 22,2 | 0       | 0,0  | 0       | 0    |
| Volume e Percentual de água reutilizada e reciclada                                                                      | 0       | 0,0  | 1       | 14,3 | 0       | 0    |
| <b>Biodiversidade</b>                                                                                                    |         |      |         |      |         |      |
| Localização e tamanho da área possuída dentro de áreas protegidas                                                        | 4       | 44,4 | 1       | 14,3 | 0       | 0    |
| Impactos significantes da biodiversidade                                                                                 | 3       | 33,3 | 1       | 14,3 | 0       | 0    |
| Habitats protegidos e recuperados;                                                                                       | 3       | 33,3 | 1       | 14,3 | 0       | 0    |
| Estratégias, acções presentes e planos futuros para preservação da biodiversidade                                        | 3       | 33,3 | 1       | 14,3 | 0       | 0    |
| Nº de espécies na lista vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies discriminada por nível de risco | 1       | 11,1 | 0       | 0,0  | 0       | 0    |
| <b>Emissões</b>                                                                                                          |         |      |         |      |         |      |
| Emissão de Gases com efeito estufa ; outras emissões indirectas relevantes                                               | 4       | 44,4 | 1       | 14,3 | 2       | 25   |
| Iniciativa para redução de emissão de gases com efeito estufa e outras emissões                                          | 4       | 44,4 | 0       | 0,0  | 2       | 25   |
| Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozono                                                                  | 1       | 11,1 | 1       | 14,3 | 2       | 25   |
| NOx, SOx, e outras emissões significativas por tipo e peso                                                               | 1       | 11,1 | 0       | 0,0  | 0       | 0    |
| Descarga de água por qualidade e destino                                                                                 | 2       | 22,2 | 2       | 28,6 | 0       | 0    |
| Total de resíduos por tipo e destino                                                                                     | 4       | 44,4 | 2       | 28,6 | 0       | 0    |
| Nº total e volume dos derrames significativos                                                                            | 1       | 11,1 | 0       | 0,0  | 1       | 12,5 |
| <b>Produtos e Serviços</b>                                                                                               |         |      |         |      |         |      |
| Peso dos resíduos transportados, importados, exportados e tratados perigosos nos termos da convenção da Basileia         | 0       | 0,0  | 1       | 14,3 | 0       | 0    |
| Dimensão, estatuto de protecção e valor para a biodiversidade dos recursos hídricos afectados pelas descargas de água    | 0       | 0,0  | 1       | 14,3 | 0       | 0    |
| Iniciativa de mitigação dos impactes ambientais dos produtos e serviços                                                  | 3       | 33,3 | 2       | 28,6 | 1       | 12,5 |
| Percentagem de produtos e respectivas embalagens que são aproveitadas                                                    | 3       | 33,3 | 0       | 0,0  | 0       | 0    |
| <b>Conformidade</b>                                                                                                      |         |      |         |      |         |      |
| Valor monetário de multas ambientais                                                                                     | 4       | 44,4 | 2       | 28,6 | 1       | 12,5 |
| Impactes ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos                                                | 3       | 33,3 | 1       | 14,3 | 1       | 12,5 |
| Total de custos e investimentos com protecção ambiental                                                                  | 3       | 33,3 | 2       | 28,6 | 0       | 0    |

## Materiais

Esta categoria é composta pela monitoria no consumo de recursos e pelo controle dos materiais sobranter associados à aquisição de materiais em excesso para que sejam reduzidos.

As empresas portuguesas mostraram interesse na divulgação desta categoria, sendo divulgada por mais de 50% das empresas. As empresas brasileiras divulgam a categoria em questão numa quantidade inferior as empresas portuguesas, ficando abaixo dos 30% de empresas que realizaram a divulgação desta categoria. As empresas americanas não realizam a divulgação dessa categoria.

## **Energia**

Nesta categoria estão concentradas as informações sobre a geração e a utilização de energia pelas empresas e seus impactos ambientais. Quatro empresas portuguesas realizaram a divulgação sobre o tema e uma empresa manteve o compromisso de uma futura divulgação. Das sete companhias pesquisadas do Brasil, menos de 30% das empresas forneceu informações sobre energia. Enquanto, nos EUA, das oito empresas pesquisadas, apenas uma evidenciou alguma informação.

## **Água**

Nesta categoria, procurou-se mostrar a protecção dada à qualidade da água, seu uso eficiente, bem como o tratamento de seus efluentes líquidos.

Não foi uma categoria bem divulgada pelas empresas pois foram encontradas algumas dificuldades na medição de alguns indicadores desta categoria por parte das mesmas.

As empresas portuguesas, nesta categoria, se destacaram pela quantidade de empresas que realizaram a divulgação, no entanto, nenhuma das empresas pesquisadas realizaram a divulgação do indicador “Volume e percentual de água reutilizada e reciclada”. As brasileiras, seguindo o resultado das categorias anteriores, foram as que mais divulgaram logo após as empresas portuguesas, deixando de divulgar informações do indicador “Recursos hídricos significantes afectados por retirada de água”. As empresas americanas foram as que menos realizaram divulgação, tanto em termos de quantidade de empresas como em quantidade de indicadores.

## **Biodiversidade**

Nesta categoria, a organização deve relatar as áreas de solo em propriedade, arrendada, administrada, ou mantida de qualquer outra forma, afectada pela companhia; as alterações no habitat devidas às operações da empresa e às formas de recuperação; os objectivos, programas e metas para proteger e recuperar ecossistemas e espécies raras; os impactos ambientais sobre áreas protegidas.

Todos os indicadores foram divulgados pelas empresas portuguesas e foram estas também que mais fizeram divulgação desta categoria. As empresas brasileiras deixaram de divulgar o indicador “Número de espécies na lista vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies discriminadas por nível de risco”. Realizaram a divulgação dos outros indicadores, no entanto, a quantidade de empresas ficou reduzido a um percentual inferior a 15%. As empresas americanas não realizaram divulgação desta categoria.

## **Emissões**

Refere-se ao compromisso de redução e progresso contínuo direccionados não só a eliminar a liberação de substâncias que possam causar dano ambiental ao ar, à água ou à terra, ou aos seus habitantes, mas também a proteger a biodiversidade. Alguns indicadores que representam esta categoria, não foram divulgados pois segundo as empresas, não se aplicam a elas.

As empresas portuguesas realizaram a divulgação de todos os indicadores desta categoria e em termos de quantidade de empresas ficaram a frente das brasileiras e americanas. As empresas brasileiras deixaram de divulgar três indicadores desta categoria “Iniciativa para redução de emissão de gases com efeito estufa e outras emissões”, “NO<sub>x</sub>, SO<sub>x</sub>, e outras emissões significativas por tipo e peso” e “Número total e volume dos derrames significativos”.

As empresas americanas, realizaram a divulgação desta categoria, no entanto, assim como as empresas brasileiras, deixaram de divulgar informações a respeito de três categorias “ NOx, SOx, e outras emissões significativas por tipo e peso”, “descarga de água por qualidade e destino” e “Total de resíduos por tipo e destino”.

### **Produtos e Serviços**

Composta pela redução ou eliminação do uso, fabricação ou venda de produtos e serviços que provoquem dano ambiental ou perigo à saúde e à segurança; devem-se informar aos clientes os impactos ambientais dos produtos e serviços e o compromisso de correção quando do uso inseguro.

Em termos de divulgação desta categoria, as empresas portuguesas realizaram a divulgação em maior quantidade, no entanto, deixaram de divulgar dois indicadores desta categoria conforme tabela 6.

As empresas brasileiras foram as mais divulgaram em termos de quantidade de indicadores, deixando de prestar informações de um indicador desta categoria.

Ao contrário das empresas brasileiras que deixaram de divulgar informações a respeito de um indicador, as empresas americanas divulgaram informação apenas de um indicador desta categoria e foi feita pela quantidade de uma empresa.

### **Conformidade**

Esta categoria mostrar a magnitude e a natureza das multas por não-conformidade aos diversos normativos.

A divulgação dos indicadores desta categoria se deu entre 30% a 40% das empresas portuguesas e todos os indicadores foram divulgados. As empresas brasileiras divulgaram num percentual inferior a 30%, mas como as empresas portuguesas, realizaram a divulgação de todos os indicadores desta categoria. As empresas americanas deixaram de divulgar um indicador desta categoria “total de

custos e investimentos com protecção ambiental” e um percentual de apenas 12,5% empresas, realizaram a divulgação dos demais indicadores da categoria em questão.

## ***5.2 DIFERENÇAS NA DIVULGAÇÃO DOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE ENTRE OS PAÍSES***

Algumas pesquisas, referenciadas neste trabalho, apontaram indícios de que existem diferenças na divulgação de informações por parte das empresas, pelo fato de estarem localizadas em países diferentes. Este estudo procurou verificar, com base nas empresas analisadas, se no sector da construção civil esses indícios se confirmariam.

As empresas componentes da amostra desta pesquisa estão distribuídas em três países, conforme listados na Tabela 4. Nos três países envolvidos, 24 foi o total de empresas analisadas.

A quantidade de divulgação verificada em cada país é apresentada nas Tabelas 7, 8, 9 e 10, segregada, respectivamente em: relatório de sustentabilidade, relatório de contas, websites e todas as fontes analisadas.

Os dados apresentados em cada tabela referem-se à média do número de sentenças encontradas nas empresas de cada país, isto é, a quantidade total de sentenças analisadas de cada categoria de todas as empresas de um país, dividida pelo número de empresas em análise naquele país.

Tomando como base a Tabela 7 que apresenta os dados referentes à quantidade média de sentenças evidenciadas nos relatórios de sustentabilidade, nota-se que a divulgação média nesse demonstrativo, considerando todos os países envolvidos na pesquisa, é de 256 frases por empresa. O Brasil se encontra próximo dessa média (com 178 sentenças). Em posição superior à média calculada está Portugal (com 528 sentenças em média)

Como já foi comentado, o relatório de sustentabilidade é o que se apresenta em maior conformidade com as directrizes do GRI.

**Tabela 8: Número médio de sentenças evidenciadas nos relatórios de sustentabilidade – por país**

| RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE                        |          |        |     |             |
|------------------------------------------------------|----------|--------|-----|-------------|
| Países →                                             | Portugal | Brasil | EUA | Média Total |
| Quantidade de empresas →                             | 6        | 2      | 5   | 13          |
| Categorias                                           |          |        |     |             |
| Impactos Económicos Directos                         | 22       | 14     | 2   | 13          |
| Impactos Económicos Indirectos                       | 13       | 5      | 2   | 7           |
| Emprego                                              | 27       | 9      | 10  | 15          |
| Relação Gestão/Mão de Obra                           | 16       | 6      | 4   | 9           |
| Saúde e Segurança                                    | 32       | 4      | 1   | 12          |
| Formação e Educação                                  | 62       | 11     | 6   | 26          |
| Diversidade e Igualdade de oportunidades             | 54       | 13     | -   | 22          |
| Direitos Humanos                                     | 57       | 17     | 22  | 32          |
| Desempenho Social- Corrupção                         | 28       | 5      | 1   | 11          |
| Desenvolvimento Social – Responsabilidade do Produto | 23       | 9      | 4   | 12          |
| Materiais                                            | 30       | 17     | -   | 16          |
| Energia                                              | 24       | 13     | 1   | 13          |
| Água                                                 | 41       | 22     | 6   | 23          |
| Biodiversidade                                       | 38       | 28     | -   | 22          |
| Emissões                                             | 31       | 2      | 2   | 12          |
| Produtos e Serviços                                  | 18       | 2      | 1   | 7           |
| Conformidade                                         | 12       | 1      | 1   | 5           |
| Total                                                | 528      | 178    | 63  | 256         |

As categorias com o maior número de sentenças foram ‘formação e educação (62 sentenças), diversidade e igualdade de oportunidades (54 sentenças) e direitos humanos (57 sentenças), todas em Portugal, país que apresentou o maior número de empresas com relatórios de sustentabilidade em conformidade com o GRI.

Em termos de média total (com base na amostra da pesquisa, conforme Tabela 7), a categoria em que foi dedicado o maior número de sentenças foi ‘direitos humanos’ (com 32 frases) seguida de ‘formação e educação (com 26 frases), e ‘água’ (com 23 frases). Por outro lado, a que recebeu a menor quantidade média de sentenças foi ‘conformidade, com cinco sentenças em média.

**Tabela 9: Número médio de sentenças evidenciadas nos relatórios e contas – por país**

| RELATÓRIO DE CONTAS                                  |          |        |     |             |
|------------------------------------------------------|----------|--------|-----|-------------|
| Países →                                             | Portugal | Brasil | EUA | Média Total |
| Quantidade de empresas →                             | 9        | 6      | 6   | 21          |
| <b>Categorias</b>                                    |          |        |     |             |
| Impactos Económicos Directos                         | 37       | 41     | 33  | 37          |
| Impactos Económicos Indirectos                       | 13       | 11     | 15  | 13          |
| Emprego                                              | 2        | 1      | 1   | 1           |
| Relação Gestão/Mão de Obra                           | -        | -      | -   | 0           |
| Saúde e Segurança                                    | -        | 3      | -   | 0,8         |
| Formação e Educação                                  | -        | 4      | -   | 1,2         |
| Diversidade e Igualdade de oportunidades             | -        | 6      | -   | 2,1         |
| Direitos Humanos                                     | -        | -      | -   | 0           |
| Desempenho Social- Corrupção                         | -        | -      | -   | 0           |
| Desenvolvimento Social – Responsabilidade do Produto | -        | -      | -   | 0           |
| Materiais                                            | -        | -      | -   | 0           |
| Energia                                              | -        | -      | -   | 0           |
| Água                                                 | -        | -      | -   | 0           |
| Biodiversidade                                       | -        | -      | -   | 0           |
| Emissões                                             | -        | -      | -   | 0           |
| Produtos e Serviços                                  | -        | -      | -   | 0           |
| Conformidade                                         | -        | -      | -   | 0           |
| Total                                                | 52       | 53     | 49  | 51          |

Os dados apresentados na Tabela 9 mostram que o relatório de contas é, pouco utilizado em quase todos os países pesquisados para fins de divulgação de informações sociais e ambientais, tendo, como o próprio nome já evidencia, maiores informações a nível económico. As análises mostram que os três países, em média, apresentam o maior número de sentenças nesse tipo de relatório a nível de indicadores económicos.

Os dados a nível social encontrados nos relatórios de contas das empresas de construção civil, estavam em maior parte, segregados em balanço social. O país que fez uso do balanço social, dentro da amostra estudada, foi o Brasil.

Portugal e EUA divulgaram informações em seus relatórios de contas a nível social e ambiental, no entanto, não foi identificada nenhuma informação que se enquadrassem no check list.

Apesar do resultado obtido na análise dos relatórios de contas, foi possível identificar que algumas empresas apresentaram informações ambientais e sociais nesses relatórios, no entanto, nenhuma das informações divulgadas se encontravam dentro das subcategorias alvo desse estudo.

**Tabela 10: Número médio de sentenças evidenciadas nos websites das empresas – por país**

| WEBSITES                                             |          |        |     |             |
|------------------------------------------------------|----------|--------|-----|-------------|
| Países →                                             | Portugal | Brasil | EUA | Média Total |
| Quantidade de empresas →                             | 7        | 7      | 8   | 7           |
| Categorias                                           |          |        |     | 0           |
| Impactos Económicos Directos                         | 13       | 0,3    | -   | 4           |
| Impactos Económicos Indirectos                       | 3        | -      | -   | 1           |
| Emprego                                              | 6        | -      | -   | 2           |
| Relação Gestão/Mão de Obra                           | 5        | -      | -   | 2           |
| Saúde e Segurança                                    | 15       | -      | -   | 5           |
| Formação e Educação                                  | 10       | -      | -   | 3           |
| Diversidade e Igualdade de oportunidades             | 3        | -      | -   | 1           |
| Direitos Humanos                                     | 9        | -      | -   | 3           |
| Desempenho Social- Corrupção                         | 16       | -      | -   | 5           |
| Desenvolvimento Social – Responsabilidade do Produto | 25       | -      | -   | 8           |
| Materiais                                            | 3        | -      | -   | 1           |
| Energia                                              | 16       | -      | -   | 5           |
| Água                                                 | 2        | -      | -   | 1           |
| Biodiversidade                                       | 23       | -      | -   | 8           |
| Emissões                                             | 14       | -      | -   | 5           |
| Produtos e Serviços                                  | 5        | -      | -   | 2           |
| Conformidade                                         | 0,3      | -      | -   | 0,1         |
| Total                                                | 168      | 0,3    | 0   | 56          |

No que diz respeito a estudos que procuram identificar a divulgação de indicadores de sustentabilidade nos websites das empresas, não foi identificado nenhum estudo. Recentemente têm sido realizados estudos que analisam as páginas web como um meio de divulgação de informação, no entanto, sobre a responsabilidade social (Chaudhri e Wang, 2007). Alguns estudos comparam mesmo a divulgação desse tipo de informação nas páginas web e nos relatórios e contas (Frost *et al.*, 2005; Williams e Pei, 1999).

Maior parte dos estudos identificados, que analisam não só a responsabilidade social, mas sim toda a divulgação a nível de sustentabilidade, tomou como base os próprios relatórios de sustentabilidade e os relatórios de contas, mas também foi possível identificar análises feitas nas notas explicativas e relatório da administração como por exemplo Nossa,Valcemiro (2002).

Roberts (1991, p.63), defende que, apesar do relatório de contas anual poder ser considerado como maior fonte de informação sobre a empresa, “deve reconhecer-se que a exclusão de outras fontes de informação pode resultar numa representação incompleta das práticas de divulgação”

Dessa forma, apesar da pesquisa estar baseada nas directrizes do GRI, e sendo estas encontradas em maior parte nos relatórios de sustentabilidade, decidimos por

incluir informações a nível de número de sentenças encontradas nos websites de cada empresa do estudo, que de alguma forma se enquadrem no check list elaborado pelo autor com base nas directrizes do GRI.

Um total de 7 empresas portuguesas, 7 brasileiras e 9 americanas, dispunham de informações a cerca da sustentabilidade em seus websites. Foi possível identificar alguns indicadores divulgados, mas em grande parte, as empresas referiam-se sobre os seus compromissos com a sustentabilidade.

As empresas portuguesas, em semelhança ao resultado obtido na análise dos relatórios de sustentabilidade, foram as que mais realizaram divulgação dos indicadores sustentáveis em seus websites.

As empresas brasileiras, divulgam informações em seus websites sobre a sustentabilidade, no entanto, procurando sempre enfatizar a importância dada ao tema, assim como destacar as certificações ambientais e de qualidade que possuem, como também descrever as acções sociais em que participam.

As empresas americanas, em sua totalidade, não divulgaram qualquer informação que fosse possível se enquadrar dentro do check list elaborado pelo autor. No entanto, as empresas americanas foram as que mais demonstraram preocupação com a construção verde, com 80% das empresas pesquisadas, certificadas pela Leed (Leadership in Energy and Environmental Design -certificação para edifícios sustentáveis, concebida e concedida pela ONG americana U.S. Green Building Council (USGBC), de acordo com os critérios de racionalização de recursos (energia, água etc.) atendidos por um edifício)

No geral, em termos de média total (com base na amostra da pesquisa, conforme Tabela 9), a categoria em que foi dedicado o maior número de sentenças foi ‘desempenho social – responsabilidade do produto’ (com 8 frases) e ‘biodiversidade’ (com 8 frases) com a mesma quantidade de divulgação.

**Tabela 11: Nº médio de sentenças evidenciadas em todas as fontes de análise – por país**

| Todas as fontes de análise                           |          |        |     |             |
|------------------------------------------------------|----------|--------|-----|-------------|
| Países →                                             | Portugal | Brasil | EUA | Média Total |
| Quantidade de empresas →                             | 9        | 7      | 8   | 8           |
| Categorias                                           |          |        |     |             |
| Impactos Económicos Directos                         | 72       | 55     | 35  | 54          |
| Impactos Económicos Indirectos                       | 29       | 16     | 17  | 21          |
| Emprego                                              | 35       | 10     | 11  | 19          |
| Relação Gestão/Mão de Obra                           | 21       | 6      | 4   | 10          |
| Saúde e Segurança                                    | 47       | 4      | 1   | 17          |
| Formação e Educação                                  | 72       | 11     | 6   | 30          |
| Diversidade e Igualdade de oportunidades             | 57       | 13     | 0   | 23          |
| Direitos Humanos                                     | 66       | 17     | 22  | 35          |
| Desempenho Social- Corrupção                         | 44       | 5      | 1   | 17          |
| Desenvolvimento Social – Responsabilidade do Produto | 48       | 9      | 4   | 20          |
| Materiais                                            | 33       | 17     | 0   | 17          |
| Energia                                              | 40       | 13     | 1   | 18          |
| Água                                                 | 43       | 22     | 6   | 24          |
| Biodiversidade                                       | 61       | 28     | 0   | 30          |
| Emissões                                             | 45       | 2      | 2   | 16          |
| Produtos e Serviços                                  | 23       | 2      | 1   | 9           |
| Conformidade                                         | 12       | 1      | 1   | 5           |
| Total                                                | 748      | 231    | 112 | 364         |

Ao se analisarem todas as fontes de pesquisa conjuntamente (Tabela 11), percebe-se em algumas categorias, grande dispersão na quantidade média de divulgação entre os países. A média total, envolvendo todos os países e todos os relatórios, foi de 364 frases por empresa. Portugal é o país que se encontra em melhor posição (748 frases) seguido por Brasil (231 frases) e EUA (112 frases).

### **5.3 A DIVULGAÇÃO DOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE EM PORTUGAL VERSUS OUTROS PAÍSES**

Em Portugal foram analisadas 9 empresas entre as 10 maiores no sector da construção civil. Muitas das empresas portuguesas analisadas não apresentaram formalmente o relatório de sustentabilidade e por esta razão, os relatórios de contas e os websites também foram objecto desse estudo.

Percebe-se que as empresas portuguesas comparativamente com os outros países estudados, foram as que mais disponibilizaram as informações em conformidade com o Global Reporting Initiative aos seus stakeholders.

Na primeira hipótese secundária (**HS<sub>1</sub>**) é afirmado que: “As empresas do sector da construção civil localizadas nos EUA, estão mais desenvolvidas na elaboração de seus relatórios de sustentabilidade em conformidade com o GRI do que as empresas localizadas em Portugal e Brasil”.

É possível afirmar a falta de veracidade da primeira hipótese secundária após a análise realizada. Portugal foi o país que mais demonstrou seus relatórios em conformidade com o GRI, das nove empresas analisadas, cinco estavam a usar as directrizes do GRI, contra duas empresas brasileiras das sete analisadas e uma dos EUA das oito empresas analisadas.

As empresas de construção civil dos EUA, possui uma grande preocupação na obtenção de certificações verdes (informações localizadas nos sites das empresas), assim como preocupam-se também com a construção verde, no entanto, deixam a desejar em seus relatórios de sustentabilidade.

Observa-se que a média de sentenças das informações analisadas nos relatórios de sustentabilidade das empresas portuguesas é maior do que o volume de informações colhidas nos relatórios das empresas do Brasil e EUA. Isso vem afirmar parte da Hipótese Geral (**HG**) onde afirma que “ a divulgação de informações económicas, sociais e ambientais apresentadas pelas empresas do sector da construção civil, diverge entre companhias com relação ao tamanho da empresa, ao país de localização, mostrando-se ainda incipiente e frágil em relação ao nível de fiabilidade e de comparabilidade das informações”

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através da análise das empresas seleccionadas foi possível perceber que há uma grande dificuldade em se apresentar informações e indicadores de desempenho económico, social e ambiental nos relatórios de sustentabilidade, facto este, explicado pela falta de regulamentação na apresentação desses relatórios que actualmente são de carácter voluntário em todo o mundo.

Percebeu-se assim que as empresas têm a tendência a evidenciar somente as informações que lhes poderão trazer benefícios. Aquelas informações que gerariam impactos negativos geralmente não são mostradas até que não se tenham metas e objectivos claros para revertê-las. Em vários relatórios analisados muitas vezes foi afirmado que determinados assuntos sustentáveis só seriam tratados em relatórios de sustentabilidade futuros, sob a alegação de que naquele momento não se tinham informações suficientes para evidenciar.

Identificou-se que múltiplos sistemas de métricas, falta de definições uniformes e falta de aplicações consistentes resultam na medição e divulgação de resultados variáveis, pouco confiáveis e de difícil comparação.

Algumas empresas estão buscando directrizes pré-estabelecidas para a elaboração de seus relatórios de sustentabilidade. Cinco empresas portuguesas, duas brasileiras e uma dos EUA apresentaram seus relatórios orientados pelas directrizes preliminares emanadas pela GRI - Global Report Initiative. As demais empresas brasileiras e dos EUA que apresentaram relatórios de sustentabilidade, realizaram a divulgação de forma própria, sem seguir uma directriz pré-estabelecida.

É de se destacar também, que todas as empresas que apresentaram relatórios de sustentabilidade estão entre as 8 maiores empresas de cada país e as que melhor divulgaram estão compreendidas entre as 5 maiores.

Essa situação vem afirmar a segunda hipótese secundária (**HS<sub>2</sub>**) onde afirma que: “Quanto maior o tamanho das empresas do sector da construção civil mais detalhada é a apresentação da divulgação de informações económicas, sociais e ambientais.”

As empresas que adoptam as orientações da GRI, devem elaborar um sumário dos indicadores apresentados com a informação da página na qual podem ser

encontrados. Contudo, foram constatadas falhas nos dados, já que nem todos indicadores estavam no local previsto.

Seguindo-se a linha dos resultados e das reflexões oriundas da análise dos relatórios das empresas seleccionadas, percebe-se que a divulgação a nível económico, social e ambiental em nível mundial se apresenta ainda de maneira bastante imatura, necessitando de maiores discussões e aprofundamentos e, em muitos casos, de conscientização, para que se gerem informações mais confiáveis e consistentes para os seus diversos stakeholders.

Neste sentido, com base nos resultados das hipóteses secundárias e nos dados e discussões apresentados é sustentável aceitar a hipótese geral para o sector da construção civil que menciona que ‘a divulgação de informações sobre os indicadores de sustentabilidade apresentada pelas empresas do sector da construção civil diverge entre as companhias com relação, ao país de localização, mostrando-se ainda incipiente e frágil em relação ao nível de fiabilidade e comparabilidade das informações’.

Ressaltam-se as seguintes limitações visualizadas neste trabalho:

- a) Os resultados não podem ser generalizados, pois referem-se a apenas um grupo das maiores empresas de um sector de actividades;
- b) A técnica de análise de conteúdo utilizada para avaliar as informações dos relatórios carrega um pouco de subjectividade na apuração dos resultados, pois fica à mercê do conhecimento e entendimento que o autor possui sobre o assunto em estudo;
- c) Outra possível limitação deve-se ao uso da quantidade de frases como unidade de análise das fontes de pesquisa, uma vez que há diferenças de estilo, forma e construção de sentenças entre os diferentes idiomas. Este trabalho desconsiderou esse fato por não fazer parte de seu escopo enveredar por diferenças de natureza sociológica de qualquer espécie.

Por fim, percebe-se a necessidade de mais pesquisas e investimentos na área de contabilidade e divulgação de indicadores sustentáveis. Assim, recomenda-se aos estudiosos e pesquisadores o aprofundamento dos achados desta pesquisa em outros

sectores de actividades, se possível com a abrangência de maior quantidade de empresas. Outras questões na área da sustentabilidade ligadas à contabilidade necessitam de pesquisas:

- Análise qualitativa da divulgação de indicadores sustentáveis;
- Avaliação e mensuração dos riscos ambientais;
- Divulgação de informações sustentáveis e o seu reflexo no valor da empresa;
- Possibilidade de existência de um modelo apropriado para a divulgação dos relatórios de sustentabilidade;
- Indicadores de desempenho ambiental.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- Abreu, R., David, F. e D. Crowther (2005).** “Corporate social responsibility in Portugal: empirical evidence of corporate behaviour.” *Corporate Governance* 5 (5) pp. 3-18.
- Acord, T. (2000).** “Defining benchmarking.” *FDM: Des Plaines* 72 (15) pp. 34-35
- Adams, C., W. Hill e C. Roberts (1995).** *Environmental, Employee and Ethical Reporting in Europe*. London: ACCA. ACCA Research report No. 41
- Afonso, F.P., J. M. Morais, A. Sequeira e L. Hill (1998).** “O sector da construção - diagnóstico e eixos de intervenção.” *IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento) Ministério da economia*. Observatório das PME Lisboa. pp. 20-25
- Andrade, J. C. S. (1997)** “Tipos de estratégias ambientais empresariais”, Tecbahia, *Revista Baiana Tecnologia*, Camaçari, v. 12, n.2, mai/ago, p. 71-88.
- Bardin, L. (1977).** “Análise de conteúdo”. *Lisboa: Edições 70*.
- Neto, J.P.B. (1999).** “Proposta de um modelo de formulação de estratégias de produção para pequenas empresas de construção habitacional.” Tese Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Bartelmus, P. (1994).** “Environment, Growth and Development the Concepts and Strategies of Sustainability.” *Routledge, London, New York*.
- Baughn, C.C., N. Bodie e J. McIntosh (2007).** “Corporate Social and Environmental Responsibility in Asian Countries and other Geographical Regions.” *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, v. 14, pp 189-205.
- Bellen, H.V. (2005).** “Indicadores de Sustentabilidade: Uma análise comparativa.” Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Beuren, I.M., A. Longaray, F. Raupp, M. Sousa, R. Colauto e R. Porton (2004).** “Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.” 2.ed. São Paulo: Atlas.
- Branco, M. e L. Rodrigues (2005).** “An exploratory study of social responsibility disclosure on the internet by Portuguese listed companies.” *Social Responsibility Journal* 1, (1/2), pp. 81-90.
- Branco, M. e L. Rodrigues (2006).** “Communication of corporate social responsibility by Portuguese banks: A legitimacy theory perspective” *Corporate Communications: An International Journal*, 11 (3), pp. 232-248.

**Branco, M. e L. Rodrigues** (2008a) “Factors influencing social responsibility disclosure by Portuguese companies”. *Journal of Business Ethics* 8, pp. 685-701.

**Branco, M. e L. Rodrigues** (2008b) “Social responsibility disclosure: A study of proxies for the public visibility of Portuguese banks”. *The British Accounting Review* 40, pp. 161-181

**Branco, M., T. Eugénio e J. Ribeiro** (2008) “Environmental disclosure in response to public perception of environmental threats: The case of co-incineration in Portugal”. *Journal of Communication Management* 12 (2), pp. 136-151.

**Brown, H.S., M. de Jong e T. Lessidrenska** (2007). “The rise of global reporting initiative as a case of institutional entrepreneurship”. *Corporate Social Responsibility Initiative Working Paper #36*. Cambridge: John F. Kennedy School of Government, Harvard University.

**Brown, H.S., M. de Jong e T. Lessidrenska** (2009) “The rise of the Global Reporting Initiative: a case of institutional entrepreneurship”, *Environmental Politics*, 18: 2, pp. 182 - 200

**Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)**. Importância do setor da construção civil na economia brasileira. Disponível em <<http://www.cbicdados.com.br/files/textos/027.pdf>>. Acedido em 15 Abril 2010.

**Casarotto, R.** (1995) - Análise das curvas de agregação de recursos de pequenos edifícios em Florianópolis, Santa Catarina, dissertação de mestrado, Florianópolis, UFSC.

**Chan, A.P.C.** (1996), “Determinants of project success in the construction industry of Hong Kong”, PhD thesis, University of South Australia, Adelaide.

**Chan, A.P.C.** (1997), “Measuring success for a construction project”, *The Australian Institute of Quantity Surveyors – Referred Journal*, Vol. 1 No. 2, pp 55-9.

**Chan, A.P.C., D. Scott e E.W.M. Lam** (2002), “Framework of success criteria for design/build projects”, *Journal of Management in Engineering*, Vol. 18 No. 3, pp 120-8.

**Chartered Institute of Building Corporate Social Responsibility and Construction**. Summary. Disponível em: <http://www.ciob.org.uk/advice/technicalinfo>. Acedido em 03 Junho 2010.

**Chaudhri, V. e J. Wang** (2007), “Communicating Corporate Social Responsibility on the Internet: A Case Study of the Top 100 Information Technology Companies in India”, *Management Communication Quarterly*, Vol. 21, Nº.2, pp 232-247.

**Datanomitor** (2006). “Construction & Engineering Industry Profile: Sweden”. *Country Profile*, pp. 1-25

- Demo, P.** (1995) “Metodologia científica em ciências sociais”. 3ed. São Paulo: Atlas.
- Dias, A.** (2009) “O Relato da sustentabilidade empresarial: evidência empírica nas empresas cotadas em Portugal”, *Revista Contabilidade e Gestão*, nº 8, Nov. 2009. pp. 111 – 150.
- Dias-Sardinha, I. e L. Reijnders** (2005) “Evaluating Environmental and Social Performance of Large Portuguese Companies: A Balanced Scorecard Approach”. *Business Strategy and the Environment* 14, pp. 73-91
- Dingwerth, K.** (2007). “The new transnationalism: transnational governance and democratic legitimacy”. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan.
- Economist Intelligence Unit – EIU** (2007) “Construction. Country – Profile Brazil”, pp. 35
- Elkington, J. Enter the Triple Bottom Line, (2004). Disponível em: <http://www.johnelkington.com/TBL-elkington-chapter.pdf>. Acedido em 13 Fevereiro 2010.
- Ferreira, C.** (2004), “Environmental accounting: the Portuguese case”. *Management of Environmental Quality: An International Journal* 15 (6), pp. 561-573.
- Flanagan, R. e G. Norman** (1993) “Risk management and construction”. Australia: Blackwell Science Ltd, Oxford.
- Freeman, M. e P. Beale** (1992), “Measuring project success”, *Project Management Journal, Harvard Business Review*, jan-fev, pp. 71-79.
- Freitas, H.M.R., J.R. Cunha, V.M. Marcos e J. Moscarola** (1997) Aplicação de sistema de software para auxílio na análise de conteúdo. *Revista de Administração da USP – RAUSP*. v. 32, n. 3, jul./set. , pp. 97-109
- Freitas, H. e R. Janissek** (2000) “Análise Léxica e análise de conteúdo: técnicas complementares, sequenciais e recorrentes para exploração de dados qualitativos”. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto.
- Frost, G., S. Jones, J. Loftus e S. Van Der Laan** (2005), “A Survey of Sustainability Reporting Practices of Australian Reporting Entities”, *Australian Accounting Review*, Vol. 15, Nº. 1, pp. 89-96.
- Gasparino, M. e M. Ribeiro** (2007) “Análise de Relatórios de sustentabilidade, com ênfase na GRI: comparação entre empresas do sector de papel e celulose dos EUA e Brasil”, *Revista de Gestão Social e Ambiental*. Jan – Abr. v.1, nº. 1, pp. 102-115.
- Graafland, J.J.** (2004) “Collusion, reputation damage and interest in codes of conduct: the case of a Dutch construction company”. *Business Ethics: A European Review*, v. 13 n. 2-3. pp. 127-142.

GRI – Global Reporting Initiative. Diretrizes para a elaboração do relatório de sustentabilidade: desempenho econômico, ambiental e social. Junho 2000. Disponível em: [www.globalreporting.org](http://www.globalreporting.org). Acedido em 10 Outubro 2009.

**Guthrie, J. e L. Parker** (1989) “Corporate social reporting: a rebuttal of legitimacy theory”, *Accounting and Business Research*, Vol. 9 No. 76, pp. 343-52.

**International Labor Organization – ILO** (2001) The construction industry in the twenty first century: Its image, employment, prospects and skill requirements. Geneva.

**Jones, P., D. Comfort e D. Hillier** (2006) “Corporate social responsibility and the UK construction industry”. *Journal of Corporate Real Estate*, v. 8, n. 3, pp. 134-150.

**Kangari, R.** (1988) “Business failure in construction industry”. *Journal of Construction Engineering and Management*, New York, v. 114, n. 2. pp. 172–190.

**Kaplan, R. S. e D.P. Norton** (1992) “The balanced scorecard - Measures that drive performance”. *Harvard Business Review*, pp.71-79, jan./fev.

**Kaplan, R.S e D.P. Norton** (1997) A Estratégia em Ação: “Balanced Scorecard”. 4ª Rio de Janeiro: Campus.

**Kay, J. F. L.** (2007) “Health Care Benchmarking”. *Medical Bulletin*, v.12, n.2. Disponível em: <<http://www.fmshk.org/database/articles/06mbdrflkay.pdf>>. Acedido em 24 Nobembro 2009

**Kenny, C.** (2007) “Construction, corruption, and developing countries”. World Bank Policy Research, Working paper 4271.

**Key Performance Indicators Working Group, the KPI** (2000) Report for The Minister for Construction. London: Department of the Environment, Transport and the Regions. UK Government. London.

**Kolbe, R. H. e M. S. Burnett** (1991) “Content-analysis research: an examination of applications with directions for improving research reliability an objectivity”. *Journal of Consumer Research*. n. 18, pp. 243-50.

**Michelon, G.** (2007) Sustainability disclosure and reputation: a comparative study. Università de Padova, “Marco Fano” Working Paper, n 44.

**Milne, M. J. e R.W. Adler** (1999) “Exploring the reliability of social and environmental disclosures content analysis”. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*. V. 12, n. 2, pp. 237-256.

**Miyabara , W., M.A. Franklin, R. Gardesani** (2004) “ A cultura e o comportamento em relação à informação e sua conexão com o desempenho competitivo: uma aplicação

na indústria de auto-peças para veículos”.In. Encontro Anual da ANPAD, 28, Curitiba. Anais...Curitiba: ANPAD. 1 CD ROM.

**Monteiro, S. e B. Guzmán** (2005) “Environmental disclosures in the annual reports of large companies in Portugal”. *Social and Environmental Accounting Journal*, 25 (2), pp. 15-18.

**Neely, A., J. Mills, K. Platts e M. Gregory, H. Richards** (1996) “Performance Measurement System Design: should Process Based Approaches be Adopted?” *International Journal Production Economics*, Amsterdam, v. 46-47, pp. 423-431.

**Nossa, V.** (2002) “Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional”, Tese de Doutorado, São Paulo: FEA/USP.

**Nunes, Catarina.** (2001), “Construção: O Desafio da especialização”. Lisboa: GEPE - Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia.

**Paiva, A.** (2008) Clima e pobreza desafiam os modelos de negócios. *Jornal Valor Online*. Rio de Janeiro, 12 set. Entrevista.

**Payne, D.M., e C.A. Raiborn** (2001). “Sustainable development: the ethics support the economics”. *Journal of Business Ethics* 32 (2), pp. 157–168.

**Roberts, C. B.** (1991) “Environmental disclosures: a note on reporting practices in Mainland Europe”. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*. v. 4, n.3, pp. 62-71.

**Roberts, D e J. Koeplin** (2007) “Sustainability Reporting Practices In Portugal: Greenwashing Or Triple Bottom Line?”, *International Business & Economics Research Journal* – September, v.6, n. 9, pp 29-40.

**Rodrigues, L., L. Oliveira e C. Menezes** (2005), “O relato financeiro do desempenho ambiental: Estudo das empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa e Porto”. *Portuguese Journal of Management Studies*, 10 (2), pp. 145-167.

**Roque, V. e M. Cortez** (2006) “A Divulgação de Informação Ambiental e a Performance Financeira das Empresas Cotadas em Portugal”. *Revista de Estudos Politécnicos* 3 (5/6), pp. 119-143.

Rumo a Credibilidade (2008) “Uma pesquisa de relatórios de sustentabilidade no Brasil”, Programa Global Reporters. Disponível em: [http://www.fbds.org.br/Relatorio\\_Rumo\\_a\\_Credibilidade.pdf](http://www.fbds.org.br/Relatorio_Rumo_a_Credibilidade.pdf). Acedido em 25 Maio 2010.

**Rutheford, I.** (1997) “Use of models to link indicators of Sustainable Development”. In: Moldan, B. Bilharz, S. (eds.) *Sustainability indicators: report f the project on indicators of sustainable development*. Chichester: John Wiley & Sons Ltd.

**Sanvido, V., F. Grobler, K. Pariff, M. Guvents e M. Coyle** (1992), “Critical success factors for construction projects”, *Journal of Construction Engineering and Management*, Vol. 118 No. 1, pp. 94-111

**Sink, S. e T.C. Tuttle** (1993) “Planejamento e Medição para Performance”. Rio de Janeiro: Qualitymark.

**Smith, N.J.**, (1999) “Managing Risk in Construction Projects”. 2nd Edn., Blackwell, Oxford, ISBN: 1-4051-3012-1.

**Solow, R.M.** (2000) “Notes on Social Capital and Economic Performance”. in Parth Dasgupta and Ismail Serageldin, eds. *Capital Social: A multifaceted perspective*. (Washington, D.C.: World bank)

**Takashina, N.T. e M.C.X. Flores** (2005) Indicadores de qualidade e do desempenho: como estabelecer metas e medir resultados. Rio de Janeiro, Qualitymark, 2005.

**Tenorio, F. G.** (2004.) “Responsabilidade Socioambiental: Teoria e prática”. Rio de Janeiro: Editora FGV. cap. 1 a 4, pp. 13 - 43.

**Toor, S. U. e O. S. Ogunlana** (2007) “Critical COMs of success in large-scale construction projects: Evidence from Thailand construction industry”. *International Journal of Project Management*. Vol. 26,. No. 4, pp. 420-430

Us Bureau of Labor Statistics. “Career guide to industries: Construction”. Disponível em: [www.bls.gov](http://www.bls.gov). Acedido em 3 Junho 2010.

**Viegas, W.**(1999) “Fundamentos de metodologia científica”. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

**Wenblad, A.** (2001) “Sustainability in the Construction Business - A Case Study”. *Corporate Environmental Strategy*, v. 8, n. 2. pp.157-64

**Welford, R.** (2004). “Corporate social responsibility in Europe and Asia: critical elements and best practice”. *Journal of Corporate Citizenship*, 14, pp. 31–47.

**Williams, S. M. e C. A. H. W. Pei** (1999), “Corporate Social Disclosures by Listed Companies on Their Web Sites: An International Comparison”, *The International Journal of Accounting*, Vol. 34, Nº. 3, pp. 389-419.

**Wood, G., P. McDermott e W. Swan** (2002) “The ethical benefits of trust-based partnering: the example of the construction industry”. *Business Ethics: A European Review*, v. 11, n. 1, pp. 4-13.

**Zou, P. X. W., G. Zhang e J. Y. Wang** (2006) “Identifying key risks in construction projects: life cycle and stakeholder perspectives”. 12th Pacific rim real estate society conference, Auckland, New Zealand, January 22–25.

## ANEXOS

| <b>Ranking<br/>2009</b> | <b>EMPRESA / COMPANY /EUA</b>                     | <b>Relatório<br/>de Sustentabilidade</b> | <b>Relatório<br/>e<br/>Contas</b> | <b>Informações<br/>no<br/>site</b> |
|-------------------------|---------------------------------------------------|------------------------------------------|-----------------------------------|------------------------------------|
| 1                       | Bechtel, San Francisco, Calif.†                   | X                                        | X                                 | X                                  |
| 2                       | Fluor Corp., Irving, Texas†                       | X                                        | X                                 | X                                  |
| 3                       | The Turner Corp., New York, N.Y.†                 |                                          |                                   | X                                  |
| 4                       | KBR, Houston, Texas†                              | X                                        | X                                 | X                                  |
| 5                       | Kiewit Corp., Omaha, Neb.†                        |                                          |                                   | X                                  |
| 6                       | Skanska USA Inc., Whitestone, N.Y.†               | X                                        | X                                 | X                                  |
| 7                       | PCL Construction Enterprises Inc., Denver, Colo.† |                                          |                                   | X                                  |
| 8                       | Jacobs, Pasadena, Calif.                          | X                                        |                                   | X                                  |
| 9                       | CB&I, The Woodlands, Texas†                       |                                          | X                                 | X                                  |
| 10                      | Perini Corp., Framingham, Mass.†                  |                                          | X                                 |                                    |

Fonte: Engineering News Record

| <b>Ranking<br/>2008</b> | <b>Empresa/COMPANY/Brasil</b> | <b>Relatório<br/>de Sustentabilidade</b> | <b>Relatório e<br/>Contas</b> | <b>Informações<br/>no site</b> |
|-------------------------|-------------------------------|------------------------------------------|-------------------------------|--------------------------------|
| 1                       | Norberto Odebrecht            | X                                        | X                             | X                              |
| 2                       | Camargo Corrêa                |                                          | X                             | X                              |
| 3                       | Andrade Gutierrez             |                                          | X                             | X                              |
| 4                       | Queiroz Galvão                |                                          | X                             | X                              |
| 5                       | Construtora OAS               |                                          |                               |                                |
| 6                       | Delta Construções             |                                          |                               | X                              |
| 7                       | Hochtief do Brasil            | X(2007)                                  |                               |                                |
| 8                       | Gafisa                        |                                          | X(2007)                       |                                |
| 9                       | Carioca Christiani - Nielsen  |                                          |                               | X                              |
| 10                      | Galvão Engenharia             |                                          | X                             | X                              |

Fonte: CBIC Banco de dados

| <b>Ranking<br/>2007</b> | <b>EMPRESA / COMPANY /Portugal</b>           | <b>Relatório de<br/>Sustentabilidade</b> | <b>Relatório<br/>e Contas</b> | <b>Informações no site</b> |
|-------------------------|----------------------------------------------|------------------------------------------|-------------------------------|----------------------------|
| 1                       | Mota Engil Eng. Construção                   | X                                        | X                             | X                          |
| 2                       | Brisa Auto Estradas                          | X                                        | X                             | X                          |
| 3                       | Texeira Duarte                               |                                          | X                             |                            |
| 4                       | Somague Engenharia                           | X                                        | X                             | X                          |
| 5                       | Soc. Const. Soares da Costa                  | X                                        | X                             | X                          |
| 6                       | MSF Empreiteiros                             |                                          | X                             | Não disponível             |
| 7                       | OPCA Obras Públicas e Cimento Armado (OPWAY) | X                                        | X                             | X                          |
| 8                       | Bento Pedroso Construções (Odebrecht)        | X                                        | X                             | X                          |
| 9                       | Monteadriano Eng. Construção                 |                                          | X                             | X                          |
| 10                      | Portuscale                                   |                                          |                               | Não disponível             |

Fonte: Expresso